

Projeto: Construindo um Judiciário responsivo - Projeto CAPES (CNJ)

Entrevistado: Oscar Otávio Coimbra Argollo

Entrevistadores: Christiane Jalles de Paula, Tânia Abrão Rangel

Local da Entrevista: Brasília

Data da entrevista: 16 de abril de 2013

Transcrição: Liris Ramos de Souza

Conferência de fidelidade: Leonardo Sato

Revisão do texto: Maria Elisa Rodrigues Moreira

Tânia Rangel - Dr. Argollo, inicialmente gostaríamos de agradecer a entrevista que o senhor está nos concedendo sobre a história do CNJ¹. Mas começamos primeiro com o senhor se identificando, falando filiação, data de nascimento e contando um pouco da sua história, da sua formação. Por que escolheu o Direito, como foi fazer a faculdade... Enfim, voltar lá atrás.

Oscar Argollo - É com muito prazer, muita honra. Meu nome é Oscar Otávio Coimbra Argollo. Oscar Argollo avô paterno, Otávio Coimbra, o avô materno.

Christiane Jalles - O Argollo é italiano?

Oscar Argollo - Não. O Argollo é toponímico, data de 441 na Astúrias, e no Brasil data de 29 de março de 1529, eu sou a 11ª geração.

Christiane Jalles - Nossa!

Oscar Argollo - Primeiro nobre espanhol que veio para o Brasil, era amigo de infância de dona Catarina, a mulher de Dom João III. Professora de História, a senhora?

Christiane Jalles - Sim. [riso]

Oscar Argollo - Então estamos bem, porque sou um curioso. Meu pai chamava-se Américo Severiano Argollo. Nasceu em Paulista, do lado de Olinda, em Pernambuco, porque meu avô, que era advogado nessa época, ajudou a família Lundgren a criar as famosas Casas Pernambucanas.

Christiane Jalles - Qual era o nome do seu avô?

¹ Conselho Nacional de Justiça.

Oscar Argollo - Meu avô chamava-se Oscar Argollo, o avô paterno, casado com Raimunda Pinto, nascida em Viana, no fundo da Baía de São Marcos, lá no Maranhão, onde ele foi juiz de paz, na época. Minha mãe era gaúcha, Ruth Coimbra, filha de gaúchos também, com algumas origens já importadas. A minha avó materna era filha de uma irlandesa com um francês de nascimento, mas espanhol de criação. O meu avô, não. Era filho de um português, bigodudo, com uma gaúcha morena, lá costumam chamar de bugre, no Rio Grande. E eu sou carioca, sou o exemplo típico da música do Chico Buarque de Holanda, não é? Eu sou um cariocão, nascido em 6 de junho de 1949. Vou fazer 64 anos, desta praia.

Christiane Jalles - E como é sua infância? É aqui no Rio [de Janeiro]? Seu pai é advogado?

Oscar Argollo - Não, não. Meu pai era jornalista.

Christiane Jalles - Ah, seu pai era jornalista.

Oscar Argollo - É, já falecido, e eu dizia que ele era rábula.

Christiane Jalles - Sua mãe era do lar?

Oscar Argollo - A minha mãe era do lar. Foi professora, mas era do lar. E o meu avô era advogado, o velho Oscar Argollo.

Tânia Rangel - Ele também nessa época já estava aqui no Rio [de Janeiro]?

Oscar Argollo - Já. É baiano, a família tem origem na Bahia. E ele já vivia aqui no Rio de Janeiro há muito tempo. E advogava, e frequentava a nossa sociedade com vários conhecimentos. Um dos grandes amigos do Eurico Gaspar Dutra, que foi presidente da República, se falavam diariamente, enfim. E a família vivia aqui, eu nasci aqui. E se saí daqui foi coisa eventual, uma pequena temporada no Rio Grande, quando meu avô materno estava doente, com minha mãe. E algumas saídas, já grandinho fui estudar nos Estados Unidos uma ocasião, depois fui fazer um estágio na Inglaterra, já advogado, num escritório do qual fui sócio. Mas a minha formação foi em Direito. Estudei na Universidade Gama Filho, na época do saudoso professor Gama Filho, ainda.

Tânia Rangel - O ensino fundamental o senhor fez onde, aqui no Rio [de Janeiro]?

Oscar Argollo - Sou egresso do Colégio Santo Agostinho. [riso]

Christiane Jalles - E na Gama Filho, o senhor formou-se quando? Na verdade, em que período o senhor esteve...?

Oscar Argollo - Parei um ano e pouco. Minha mãe ficou muito doente, sou filho único, minha mãe era muito doente, meus pais eram separados, já. E ao mesmo tempo fui para os Estados Unidos estudar um período, e quando voltei tive que começar a arrumar umas coisas domésticas, e aí logo depois voltei a estudar e fui me formar em junho de [19]77.

Christiane Jalles - O senhor entrou quando?

Oscar Argollo - Em [19]69.

Christiane Jalles - O senhor esteve na Gama Filho num período importante, não é?

Oscar Argollo - O primeiro dia de aula. O primeiro dia de aula...

Christiane Jalles - Com o AI-5², é. Foi isso. Em Direito, ainda.

Oscar Argollo - Ah, foi terrível. Porque tinha um cidadão enorme sentado na minha frente, com a mala 007, não é, como se chamavam antigamente aquelas malas. E não sei por que cargas d'água ele tirou a mala de cima da carteira e, quando ele colocou no chão, [batendo sobre a mesa] a mala abriu e ali eu vi uma tremenda pistola 45. Eu disse: "Meu Deus do céu, vai ser uma confusão isso aqui!" [riso] Não é nada. Mas enfim, tivemos lá uns probleminhas na escola naquela época com um professor que depois foi até demitido. Mas eu tinha uma certa dose de tranquilidade, porque uma das netas do professor Gama Filho estudava na minha sala, a Sílvia, então a turma respeitava um pouco mais porque era a neta do professor lá da escola.

Tânia Rangel - Era uma turma grande?

² Ato Institucional nº 5.

Christiane Jalles - Eram turmas grandes, sim. Eram turmas de mais de 60 alunos.

Tânia Rangel - E tem algum colega dessa época que continuou amigo, colega até hoje, ou acabou se perdendo?

Oscar Argollo - Tenho. Nos encontramos, nos esbarramos nos corredores dos fóruns da vida. Há uns três ou quatro. Até porque, desde aquela época, acredito que a grande massa que vai estudar Direito não acaba na advocacia militante. Não é? Talvez para uma formação profissional numa outra área, na época polícia civil, polícia militar. Ou depois vai fazer um concurso para algum órgão público, fiscal, defensoria ou até mesmo promotoria. Magistratura uma colega fez, mas não aqui, foi ser juíza no Amazonas. Mas encontro amiúde aqui pelo fórum um ou outro colega da minha turma.

Christiane Jalles - E quando o senhor decidiu pela advocacia?

Oscar Argollo - Olha, acho que desde cedo, porque sempre falei muito. Sempre fui muito articulado na conversa, nas discussões. E os meus amigos diziam: “Não, você vai... Não adianta, você vai ser advogado”. E eu dizia: “É, é o que quero fazer, mesmo.”

Tânia Rangel - O seu avô materno era o quê?

Oscar Argollo - O meu avô materno era comerciante, não tinha nada com a advocacia.

Christiane Jalles - O paterno que era advogado.

Oscar Argollo - O paterno, o velho Oscar Argollo.

Christiane Jalles - Teve alguma influência do seu avô?

Oscar Argollo - Não. Não, não tive influência, não tive na verdade influência nem do pai, nem do avô. Acho que foi uma coisa minha mesmo, por vontade. E hoje vejo isso com os meus filhos. A minha filha, faltam dois anos para se formar na PUC³, o meu filho já se formou, está comigo, e

³ Pontifícia Universidade Católica.

nunca os influenciei. O meu filho, eu soube que os amigos talvez o tenham influenciado. Diziam: “Mas o seu pai é advogado”. A menina, não. A menina desde pequena, também, sempre disse que queria ser advogada. E um grande amigo, colega, que é o dr. Fernando Fragoso, hoje presidente do Instituto dos Advogados⁴, a conhece desde pequena, dizia: “Não, esta menina não vai ser advogada, vai ser magistrada, porque ela tem um bico maior que o seu.” [risos] Isso é... Sou casado, vamos fazer daqui a pouco uns 30 anos de casados, eu e a Kátia. A Kátia hoje por acaso está em Boston, porque a irmã dela mora lá, e ontem houve lá aquele atentado. Todo mundo já me ligou para saber, já falei com ela pelo Skype. Não temos problema, graças a Deus com ela está tudo bem. Em Boston é que há um sentimento terrível. Mas essa é a minha vida. Rubro-negro. Não é? Estive, antes de ir para o CNJ, estive aqui no Superior Tribunal de Justiça Desportiva, da CBF⁵, e muita gente sabe disso.

Christiane Jalles - Mas me conte a sua vida como advogado. O senhor se forma em [19]77, aí o que o senhor vai fazer?

Oscar Argollo - Bom, me formei. Esse período da escola, como eu disse a você, houve um interregno em que eu fiz uma pequena viagem e depois voltei para acertar...

Tânia Rangel - O senhor foi fazer extensão em economia pelo Denver Junior College.

Oscar Argollo - Foi lá no Denver Junior College que fiz uma aplicação. Porque era o período dos gravatões, como chamavam. Os rapazes usavam umas gravatas, porque eles trabalhavam todos na bolsa, então era um mercado financeiro que começava a eclodir no Brasil. Isso decorre de uma legislação da ditadura. Eu me lembro muito bem, os escritórios de advocacia tinham nas prateleiras uma coleção, um livro chamado Lex, com as leis que eram editadas. E era publicado cada livro por quadrimestre, possivelmente. Então a cada ano você tinha três, às vezes quatro livros. E me lembro que era impressionante o ano de 1966, acho que era quase uma dúzia de livros. Os pacotes enormes que o governo militar fez naquela época, que criou toda uma reforma e uma estruturação, inclusive do sistema econômico que nós temos hoje, não é, mercado financeiro securitário e tudo mais.

Tânia Rangel - A Bolsa de Valores...

⁴ Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB.

⁵ Confederação Brasileira de Futebol.

Oscar Argollo - A própria Bolsa de Valores. Isso evoluiu, e a Bolsa de Valores era aqui no Rio de Janeiro. Os meus amigos, só se falava nisso, andei fazendo uns cursos, porque era o mercado de trabalho da época.

Tânia Rangel - Mas em [19]66, o senhor ainda não tinha entrado para a faculdade...

Oscar Argollo - Não, não, não. Eu disse, isso é o pacote que fez essa transformação e fez eclodir no começo dos anos [19]70 a questão do mercado financeiro.

Christiane Jalles - O senhor vai se interessar um pouco por esse direito empresarial e financeiro.

Oscar Argollo - Exatamente, porque era o momento. E depois deixei isso. Deixei.

Christiane Jalles - Depois, quando?

Oscar Argollo - Ah, já formado. Já nos anos [19]80, fui trabalhar com um brilhantíssimo advogado, que eu reputava uma genialidade, saudosa memória, que é o Clóvis Ferro Costa.

Christiane Jalles - Sim.

Oscar Argollo - Clóvis foi consultor-geral da República do governo José Sarney [de Araújo Costa]. Dr. Clóvis foi meu grande mestre. Mas, na verdade, comecei como estagiário com o José Guilherme Ferreira de Souza, filho do professor Ferreira de Souza, que foi um grande catedrático de direito comercial da Faculdade Nacional de Direito. Chegou a ser senador da República pelo Rio Grande do Norte. E depois do José Guilherme fiquei trabalhando sozinho, atendia clientes dessa área, corretoras. Mas eu sempre, como disse anteriormente, sempre fui falante, sempre fui articulado para esse jogo. E me encantava com o Judiciário, mesmo. E então fui numa ocasião convidado pelo Clóvis Ferro Costa para trabalhar com ele.

Tânia Rangel - O senhor já o conhecia?

Oscar Argollo - Eu já o conhecia... Ah, esse foi um convite muito interessante. Foi de uma articulação já processual de uma amiga que teve problemas com o falecimento do marido, faleceu naquele acidente de Orly, da Varig, aquele avião que caiu em Paris. Ele era um empresário e as

empresas ficaram na mão dos parentes e outros acionistas. Não eram aqui no Rio de Janeiro, eram fora do Rio de Janeiro. E eu, muito jovem, ainda, era amigo dela e dos filhos, e dizia: “Abre o olho”. E ela sempre me perguntava: “O que que você acha disso?” Eu dizia: “Ih, acho que isso está esquisito”. Mas eu era jovem, ainda, não é? Talvez não confiável, não é? Mas talvez tivesse uma sensibilidade, decerto. E uma ocasião ela esteve na SUDAM⁶, em Belém, justamente para se inteirar do que estava acontecendo, porque esse grupo de empresas da família tinha projetos com a SUDAM. E lá ela conheceu, na antessala do gabinete da diretoria, o Clóvis Ferro Costa, que já era um brilhantíssimo advogado, conselheiro federal da Ordem dos Advogados⁷. E voltou ao Rio de Janeiro muito encantada porque havia conversado com Clóvis Ferro Costa, ela estava com uns problemas e ele se dispôs a dar uma orientação a ela e tudo mais. E ela falou que eu existia ali na vida dela e da família, porque os filhos eram menores ainda, e que eu talvez pudesse ajudar nessa interlocução, porque era um jovem advogado. E marcaram uma reunião aqui no Rio de Janeiro, e fui a essa reunião. E o dr. Clóvis, ao invés de inquiri-la, passou a inquirir a mim! Porque talvez, por uma praticidade, a leiguice dela não permitisse identificar determinadas coisas que eu via. Disse: “Olhe, acho que é assim, está acontecendo isso, me preocupo e blá blá blá.” Enfim, uns 15 dias depois ele me chamou e disse: “Olhe, vou propor uma ação e você vai participar da ação. Você vai ser o advogado da filha dela porque nós vamos ter que desbaratar uma série de coisas e a filha dela, como acabou de adquirir a maioridade, tem a possibilidade de questionar inclusive a mãe. Você vai advogar contra a sua amiga.” [riso] Eu disse: “Meu Deus do céu!” “Mas não só contra ela, contra ela e várias pessoas.” E assim aconteceu, nós passamos praticamente um mês montando uma ação e me recordo que fui distribuir a ação, já quando abriu o fórum de manhã, e às cinco e meia da tarde cheguei no escritório com o despacho do cite-se do juiz mandando citar as partes, inclusive o precatório. E o dr. Clóvis então ficou doido da vida, disse: “Mas como você já conseguiu isso!” Porque eu já era, vamos dizer assim, um rato do fórum, já andava no fórum, então eu já conhecia os caminhos. E a partir daí ele me convidou a trabalhar com ele, trabalhei com ele durante uns quatro anos. Depois saí de lá, fui ser advogado empregado num grupo securitário do Antônio Carlos Almeida Braga, na Atlântica-Boavista, e fiquei lá um período.

Tânia Rangel - Era qual tipo de seguro, era só seguro patrimonial ou também englobava vida?

Oscar Argollo - Não. No começo do meu trabalho lá até ganhei o apelido de Baretta. Baretta era um detetive do cinema, da televisão, conhecido, não é? E fui trabalhar com uma área que não dava bom

⁶ Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

⁷ Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

resultado, que era essa área de automóvel e seguro, famoso DPVAT⁸, que era um poço de fraudes e documentação falsa, quadrilhas operando nisso, uma loucura. E consegui, em praticamente dois anos, aparelhar a companhia inteira no Brasil, inclusive dando aulas. Fiz apostila para orientar os funcionários sobre como regular aquilo, detectando núcleos de fraudes e fazendo denúncias. E a gente conseguiu diminuir substancialmente o que se chama sinistralidade, que era o elevado grau que eles tinham de pagamento de indenizações, quando se sabia que havia muita coisa que era fraudulenta, conseguimos diminuir isso. Logo depois fui para o departamento jurídico. Fiquei advogando no departamento jurídico. Os processos que tratavam dos contratos de seguro em geral. E, passado um período aqui no Rio de Janeiro, conheci um paulista que havia recém-chegado de Paris e que tinha estudado na Sorbonne. Ele veio representar um escritório de São Paulo muito conhecido, tradicional, chamado Castro e Barros. Esse advogado colega chama-se Sérgio Sobral. E o conheci aqui socialmente, e começamos a sair vez por outra. Eu o levei ao Maracanã para ver o Flamengo na época que o Zico jogava, você imagina que felicidade que não foi! E um dia eu o encontrei na banca de uma Vara aqui no fórum, discutindo com um escrevente, pois o cliente dele tinha recebido uma notificação e ele queria fazer a contra-notificação nos próprios autos. [riso] Eu disse: “O que que houve, rapaz?” “Ah, porque esse escrevente não quer receber a minha petição!”. Aí peguei ele pelo braço, levei ele lá para fora, no corredor, e disse: “Cara, não é assim, está errado.” “Mas como está errado?” Eu disse: “Não, só por um outro processo, você não pode colocar no mesmo processo, não.” “Ah, é?” Eu disse: “É...” “Não entendo nada de processo.” E ele estava restabelecendo esse escritório paulista aqui no Rio de Janeiro, pois alguns advogados mais idosos tinham se aposentado, então o escritório estava sendo reativado por ele. A partir daí me convidou a trabalhar e fui sócio do Castro e Barros durante uns 15 anos. Depois saí e aí fiquei solteiro, sozinho. [risos] Montei o meu escritório. E pouco antes de ir para o CNJ vim com a minha banca aqui para este local, junto com meu grande amigo e colega que é o dr. Celestino Silva Júnior. Cada um tem a sua banca, enfim. E vivo aí, sustento a família dessa maneira, a duras penas.

Christiane Jalles - Em paralelo com essa sua atividade profissional de advogado terá uma atividade também associativa muito grande.

Tânia Rangel - É, antes, só um pouquinho.

Oscar Argollo - É, grande.

⁸ Seguro de Trânsito - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre.

Tânia Rangel - O senhor também foi durante um tempo, em períodos curtos e espaçados, professor.

Oscar Argollo - Ah, sim. Lá na Gama Filho⁹, por uns... aproximadamente uns cinco anos, dei aula de Introdução à Ciência do Direito. Porque logo que acabei a matéria, ainda no curso, o professor titular da cadeira...

Tânia Rangel - Que era quem?

Oscar Argollo - Era o Paulo Condorcet [Barbosa Ferreira]. Ele me chamou para monitorar umas turmas. E a partir daí eu dava lá uns tiros, coisa e tal. E depois que me formei ele me convidou para dar aula, ser assistente. Aquele horário terrível da tarde. [riso] Depois consegui dar aula à noite também, bem tarde, enfim. O mais novo sempre fica com o pior horário. Mas durante um período de quase cinco anos dei aula de Introdução à Ciência do Direito. Isso me ajudou muito, digamos assim, na academia. Não fiz mestrado, fiz uma prova de mestrado e soube do resultado, que tinham aprovado 19 magistrados e 2 promotores, nenhum advogado. Perguntei por que não fui aprovado. Disse: “Não, porque é só para a gente criar esse curso, levantar o curso, depois você vai no outro.” E quem havia me indicado, porque você tinha que levar três pessoas...

Tânia Rangel - Carta de recomendação?

Oscar Argollo - ...de indicação para fazer a prova, e quem me indicou foi o próprio Paulo Condorcet, o Clóvis Ferro Costa, que já era advogado conhecido, conselheiro federal, e Raymundo Faoro. E me recordo que fiquei desolado com aquilo porque sabia que tinha feito a prova...

Tânia Rangel - E onde foi?

Oscar Argollo - Prefiro não dizer o nome. Fiz a prova, sabia que estava tudo aplicado corretamente. Aí comentei com o Raymundo Faoro, saudosa memória, é um homem muito fechado, muito duro, mas sou amigo da filha dele...

Christiane Jalles - É isso que eu ia perguntar, como o senhor o conhecia?

⁹ Universidade Gama Filho.

Oscar Argollo - Sim, amigo dos filhos. E me lembro perfeitamente, foi uma frase que me ficou gravada. Nessa época havia uma música do Martinho da Vila que falava do canudo de papel.

Christiane Jalles - Sim.

Oscar Argollo - Não era um samba? Canudo de papel. E ele, aproveitando essa oportunidade, disse: “Rapaz, você não nasceu para ser professor, você nasceu para ser advogado. E está cheio de gente aí com canudo, sem conteúdo.” Gravei isso desde então. Que é uma frase categórica e ele tinha completa razão. Está cheio de gente com canudo, sem conteúdo.

Tânia Rangel - E a questão associativa?

Oscar Argollo - A associativa, evidentemente, quem me deu um empurrãozinho foi o Ferro Costa, que era conselheiro federal. O Conselho Federal era aqui no Rio de Janeiro ainda, lá no prédio onde aconteceu aquela tragédia com a dona Lida, na época do [Miguel] Seabra Fagundes, presidente. E no Conselho Seccional quem me pinçou verdadeiramente para começar a ajudar, já falecido também, foi o Paulo Fontenelle, filho do também falecido dr. Celso [Augusto] Fontenelle, que eu conhecia desde jovem, com os filhos. A Carmem, a Gilda também, conheço a família. E também o Hélio Saboya [Ribeiro dos Santos], também já falecido, que na época era conselheiro da Ordem, que também me conhecia. E pediram para eu ir ajudar na Comissão de Ética, para ser curador de processos daqueles advogados que não eram encontrados nos processos disciplinares, notificavam, não achavam. Então, como estavam ausentes do processo, era preciso dar um curador. E aí a partir daí comecei a ajudar na Ordem.

Christiane Jalles - Isso foi quando, o senhor se lembra?

Oscar Argollo – [19]78 para [19]79. Em [19]82 o presidente da Ordem eleito foi, também de saudosa memória, meu Deus, hein, dr. Francisco Costa Neto. Costa Neto tinha sido presidente da Caixa dos Advogados e se elegeu presidente da Ordem. Nessa época ainda vigia a Lei 4.215, antigo estatuto, e o Conselho era composto de 18 conselheiros eleitos e seis indicados pelo Instituto dos Advogados, que por uma analogia chamavam de biônicos, por causa daquele modelo que nós tínhamos no Congresso, no Senado. Não davam conta, porque já havia um volume grande de advogados no Rio de Janeiro. Havia muitos problemas no fórum. E o...

Christiane Jalles - Por exemplo?

Oscar Argollo - O Costa Neto resolveu criar o que se chama, até hoje, quadro auxiliar. E convidou, posso dizer assim, cinco moleques, cinco jovens advogados! Éramos eu, o Nélio Machado, o Alexandre Dumas, o Murilo Peres, o Paulo Passarinho. Nós começamos a auxiliar na comissão de prerrogativas que atuava justamente no fórum, com plantões. Juízes que não atendiam advogados, escrevente que tratava mal o advogado, então toda questão de direito de prerrogativa da classe nós atendíamos. Às vezes advogado que era preso, e a imprensa tinha na época uma mania horrorosa, não sei por quê, o sujeito era: “Advogado é preso com cocaína”, “Advogado traficante”. Ele não era advogado, ele era traficante. Por acaso tinha inscrição na Ordem, carteira de advogado. Porque nesta época vigia uma lei chamada Lei do Estágio, que não era... O estatuto da Ordem de então obrigava o Exame de Ordem. Mas em [19]72 fizeram uma lei de estágio, então entrava todo mundo pela janela.

Tânia Rangel - Ah, não tinha prova, então, naquela época.

Oscar Argollo - Não tinha prova, então tinha um monte de gente com carteira de advogado e que nunca advogou e nem ia advogar. Às vezes eram presas, mas tinham o direito da prisão especial. Então nós tínhamos que atender para levar para prisão especial, que era em Benfica... [riso] Enfim, todo aquele trabalho de defesa dos direitos das prerrogativas do advogado. E depois fui eleito conselheiro na gestão da presidência do meu grande amigo Nilo Batista.

Christiane Jalles - O senhor chegou a participar das mobilizações políticas? A OAB nesse momento é muito importante politicamente no debate de redemocratização. Na anistia ela vai ser importante, posteriormente, principalmente o Faoro vai ser muito importante, pedindo pela redemocratização. Como era esse debate internamente?

Oscar Argollo - Veja você. Eu me inscrevi, recebi minha carteira assinada por Eugênio [Roberto] Haddock Lobo, presidente da seção do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, o presidente do Conselho Federal era Raymundo Faoro. Então eu ainda não estava dentro da Ordem nessa época. E nós estamos aí já nos fins dos anos [19]70, começo dos anos [19]80. Não havia a grande repressão, o Faoro já tinha dado o toque. Começava o que se passou a chamar de abertura, com as manifestações do Faoro na presidência do Conselho Federal. E não atuei nessa área, porque não era a minha área

de atuação. Se você identificar hoje os advogados que atuaram na área na época da repressão, é a turma da área penal. Por causa das prisões, enfim, e das questões de direito penal tipicamente, aquelas auditorias militares e tudo mais. A minha área é uma área cível, então eu não tinha atuação direta nesse tipo de acontecimento, em que pese ter vivido isso, ter assistido a toda a famosa ditadura, à implantação do regime. Eu era adolescente, vivi tudo isso. E na Ordem nós passamos, aí eu já conselheiro, pelos processos que foram gerando a abertura, a abertura política.

Christiane Jalles - O senhor vira conselheiro em que ano?

Oscar Argollo - Em mil... Como conselheiro foi em [19]86 ou... [19]85 ou [19]86, com o Nilo Batista.

Tânia Rangel - Ah, então deve ter sido em [19]85.

Oscar Argollo - É, [19]85, com o Nilo Batista. Já era uma época um pouco mais calma. Depois voltei, [19]91...

Tânia Rangel - Mas não existe, nesse momento em que o senhor se torna conselheiro, começa a ter o movimento das Diretas, não é? A discussão da Constituição...

Oscar Argollo - Não, vou chegar, [19]91. Aí participamos ativamente, o presidente era Sergio Zveiter. Participamos ativamente no movimento das Diretas, inclusive apoiando o Conselho Federal. Porque também é bom fazer essa distinção. A partir da ida do Conselho Federal para Brasília, em [19]86, ele sai do Rio de Janeiro e vai para Brasília, o foco ficou no Conselho Federal, porque o Conselho Federal institucionalmente tem essa abrangência. As seccionais ficam mais regionalizadas a partir de então, entende? Apenas apoiam o Conselho Federal. Mas todo o trabalho, esse trabalho feito pela Ordem, parte mais especificamente do Conselho Federal. Em que pese, nós atuamos aqui muito, com relação às Diretas, com o impeachment do presidente...

Christiane Jalles - [Fernando] Collor [de Melo].

Oscar Argollo - É. Devia ser preto e branco, não devia ser Collor. Mas enfim...

Tânia Rangel - E aí o senhor se torna, em [19]91, o diretor do segundo secretário da secção aqui do Rio?

Oscar Argollo - É... Nós vencemos aqui a eleição e fui nomeado segundo secretário.

Christiane Jalles - Qual era a chapa?

Oscar Argollo - Chapa Azul.

Christiane Jalles - Quem eram os suplentes?

Oscar Argollo - É uma instituição da Ordem do Rio de Janeiro, chamada Chapa Azul, hoje um pouco afastada, e que tem uma história e uma tradição. O presidente era o Sergio Zveiter e o vice-presidente era o Celso Fontenelle. O primeiro secretário era Vargas Vila Cruvello d'Avila, um eminente colega aqui de Niterói, e o segundo secretário era eu. E em [19]92 o Sergio Zveiter e o Celso Fontenelle se licenciaram para poderem concorrer à reeleição, e o conselho reunido... Porque quem elegia o presidente era o conselho, não é? Se você elegia uma chapa, essa chapa era o conselho, e o conselho elegia o presidente. E o conselho então, em [19]92, reunido, me elegeu presidente para eu cumprir esse período.

Christiane Jalles - O senhor ficou até quando?

Oscar Argollo - Até o final, porque logo teve a eleição. Uma eleição tumultuadíssima, a oposição aprontou horrores. Mas consegui levar a cabo a eleição com muita firmeza [riso], eles se reelegeram, e não voltei para nada. Me perguntaram: "Você não quer...?"

Christiane Jalles - Por quê?

Oscar Argollo - Pelo seguinte. Eu acabara de ser presidente da Ordem. Não ia ser alguma coisa dentro da Ordem de novo, porque ia transparecer um favorecimento, alguma coisa. Eu disse: "Olha, não quero, vou dar uma descansada, eu ajudo." Como de fato ajudei. Ajudei, lógico, quando havia algum problema, conversava.

Tânia Rangel - Quais foram os maiores problemas que a Ordem enfrentou naquele momento?

Oscar Argollo - Olha, a Ordem, o maior problema da Ordem naquela época era a questão disciplinar.

Tânia Rangel - E como isso era resolvido?

Oscar Argollo - Nós fizemos um mutirão para uma limpeza e uma organização melhor. Descobri um processo caído atrás de um armário, de um famoso, já falecido contraventor. E nós cassamos o registro dele logo depois, porque ele tinha sido condenado por uns delitos que implicavam numa incompatibilidade com o exercício da profissão, como dizia a lei de então, hoje ainda diz. E nós o afastamos e tudo mais. Então nós procuramos, naquela época, fazer uma organização da casa, mesmo, e elevar o nível e o padrão. Não se conseguia melhorar a questão do ensino. Reclamávamos muito, porque a Ordem não tem nenhum poder de polícia com relação a isso. Tentamos, com o novo estatuto colocamos um dispositivo na lei em que o MEC¹⁰ diz que a Ordem é meramente opinativa. E lá no Conselho Federal, na época em que o Buzatto foi eleito presidente, o dr. Roberto Buzatto, me recordo que logo depois de eleito ele foi ter uma conversa com o ministro da Educação, que era o Tarso [Fernando Herz] Genro, hoje governador do Rio Grande do Sul, que é um colega, eminente colega por sinal, advogado trabalhista lá no Rio Grande. E o Tarso apoiou o pleito para fechar a porta, não abrir mais faculdades de Direito naquele momento. Isso não durou quatro meses. Como se diz aqui na gíria do futebol: “Tomaram bola nas costas”. Quatro meses depois já estavam liberando um monte de faculdades, e nós fomos reclamar de novo. O Buzatto reclamou, o Tarso Genro ficou fulo da vida, uma arara: “Como?!” A pressão é muito grande, viu? A pressão é muito grande. O lobby dessas faculdades privadas é fortíssimo e está aí: mais de mil faculdades de Direito no país, essa desgraça, o Exame de Ordem para mostrar quão terrível. Não é só o ensino do Direito, não, viu? São os outros, também. Os contadores atualmente estão fazendo um exame nos nossos moldes, os percentuais de aprovação são mínimos, é um negócio também assustador. Me recordo que no ano passado umas três faculdades de Medicina em São Paulo resolveram fazer um balão de ensaio nesse modelo, e parece que [riso] os professores que fizeram o exame ficaram apavorados, porque não era para aprovar ninguém... Complicado. O nosso ensino no Brasil está terrível, desde a sua origem, desde...

Christiane Jalles - Do início.

¹⁰ Ministério da Educação.

Oscar Argollo - ... o início.

Tânia Rangel - O senhor chega a exercer também o cargo de corregedor na OAB.

Oscar Argollo - Sim, isso foi na gestão do Celso Fontenelle.

Christiane Jalles - O senhor se afasta, então, num primeiro momento.

Oscar Argollo - Não, aí volto. É, depois eu volto. O Celso Fontenelle eleito presidente, ele me convidou para ser corregedor, cuja função era mais de... Na época era mais de controlar o exercício ilegal da profissão. Tinha e tem. Muito.

Tânia Rangel - E isso o senhor... Só assim, para a gente deixar um pouco registrado.

Oscar Argollo - Ah...

Tânia Rangel - Isso o senhor está falando sobre contadores que às vezes dão assessoria jurídica ou advogados que, além de exercer advocacia, também fazem outras atribuições que não lhes são próprias?

Oscar Argollo - Não, é... Veja. Veja só.

Tânia Rangel - Está falando de quê?

Oscar Argollo - As faculdades estão verdadeiros horrores. Elas são faculdades de Direito, reconheço, não são faculdade de advocacia. Deveriam ter um indicativo mais forte sobre advocacia. Não têm. As razões? Não sei. Cheguei a dar várias aulas e palestras, em várias faculdades, sobre advocacia, para ver se sacode a turma, a turma acorda. E costumo dizer, é uma expressão de um famoso filósofo futebolístico aqui do Rio de Janeiro, o famoso Neném Prancha. Ele dizia que o goleiro, para ser bom, tinha que dormir com a bola. E eu sempre disse, quando dei aula para os alunos: “Advogado, para ser bom, tem que dormir uma época com o Estatuto.” Com o Estatuto, o regulamento geral da Ordem, e o Código de Ética! Ele tem que conhecer aquilo ali, que está meio esquecido. É a avidez pelo dinheiro, mesmo; pelo amor à profissão, não. Sou considerado ainda um

advogado romântico [riso], talvez um dos últimos românticos. Então essa formação que a escola não está dando é um grande problema que nós temos na formação do verdadeiro advogado, o desconhecimento que ele tem sobre as suas regras. E isso ocasiona inúmeros problemas para a instituição e para a própria figura do advogado. Porque cada um desses que você deixa solto e que gera um desprestígio, não é só pessoal, começa a se generalizar, começa a se espalhar. Existem várias piadas sobre advogados. Tem colegas que não gostam, enfim, não me importo com esse tipo de coisa. Mas, enfim, acho que temos que dizer às faculdades de Direito que precisam dar uma melhor orientação para a advocacia.

Christiane Jalles - Que medidas o senhor implementou quando era corregedor?

Oscar Argollo - Aqui, na seccional apenas, aqui do Rio de Janeiro, não é? Eu, como a questão era mais, unicamente, voltada para o exercício ilegal da profissão, resolvi tomar outras atitudes, pela experiência que nós tínhamos tido já em [19]91 com a faxina. Eu digo, a faxina que digo é a arrumação, processos que estavam largados, demorando e tudo mais. Nós fizemos uma grande correição interna nos processos disciplinares para ver como é que estava o andamento daquilo ali e colocar para frente. O que tinha que ser arquivado...

Christiane Jalles - E qual foi o diagnóstico?

Oscar Argollo - O diagnóstico é sempre terrível. Porque você vai mexer, desculpe, na sujeira. Onde há coisas terríveis, e o advogado que tem o mínimo de consciência da sua profissão fica meio apavorado. Você...

Christiane Jalles - É grande?

Tânia Rangel - Dá um exemplo, assim.

Oscar Argollo - É mexer no dinheiro. E sobretudo no dinheiro de quem é mais pobre. Se você disser: "Ah, você viu mexer no dinheiro de um rico?" "Vi, vi também." "De milhão?" "Vi. Vi." Mas a grande maioria é do pobre, do ignorante.

Christiane Jalles - E era um número muito grande?

Oscar Argollo - Sim, era um número enorme. Que caiu hoje, felizmente, por causa do Exame de Ordem! O Exame de Ordem obrigou o cidadão a [riso] pelo menos ler uma vez o Estatuto, o Regulamento e o Código de Ética, porque ele tem que fazer a prova! Ele não pode deixar de ler! Então nós tivemos uma redução muito grande no volume de processos éticos na Ordem e de maneira geral. Relativamente, não é.

Tânia Rangel - E depois que o senhor sai aqui da seccional do Rio o senhor também tem um mandato no Conselho Federal.

Oscar Argollo - Sim, fui para o Conselho Federal na gestão de um grande amigo, uma figura fantástica, o dr. Rubens Approbato Machado.

Christiane Jalles - Eu sou leiga, se é eleito para o Conselho Federal? Como é?

Tânia Rangel - Pelos...

Oscar Argollo - Eu lhe explico.

Christiane Jalles - Como é que foi, como foi a sua chegada ao Conselho Federal?

Oscar Argollo - A regra atual é assim. Quando há eleição você vota em chapas. Essas chapas são adredemente montadas. Delas constam: uma diretoria com os seus nomes, um grupo de conselheiros... Aqui no Rio está na casa de 91, porque é por quantidade de inscrições, é proporcional. Então, repetindo: a diretoria, o grupo de conselheiros, os conselheiros federais e os seus suplentes, tanto os seccionais como os federais, e ainda a diretoria da Caixa de Assistência. Essa é a regra que funciona. Então na eleição a Chapa Azul à época venceu, e eu, como disse, fiz parte e faço parte, e sou adepto. Acho que como sou Flamengo, também sou Chapa Azul. A Chapa Azul é uma história interessante, que uns atribuem a um certo maniqueísmo, que acho horroroso. Sempre a oposição diz: “Ah, é a turma da direita.” Não, não é assim. Vou contar essa história. Aqui no Rio [de Janeiro] surgiram empresas estrangeiras de porte, uma delas foi a Light, a luz. Rui Barbosa andou na Light, numa época em que ele andava mal dos cobres e arrumaram para ele fazer uns trabalhos lá na Light. Era uma empresa muito importante. E há evidências de que ela absorvia e procurava no mercado o que havia de melhor em questão de advogados. Então eram advogados bem preparados, bem formados. Digamos assim, os melhores advogados iam trabalhar na Light. E esse

grupo invariavelmente também pertencia a um instituto dos advogados, de que eu também faço parte, que é o pai, vamos dizer, a mãe da Ordem dos Advogados. E esse grupo, a uma determinada ocasião, aí começo dos anos [19]50, resolveu fazer chapas. Não era esse sistema, mas pelo hábito se formou esse sistema de montar a chapa, lá pela 4.215. E para fazer aquela chapa impressa, eles arrumavam lá na gráfica da Light um rebotalho de papel e de uma tinta, que os impressos da Light eram azul, a tinta azul. Então imprimiam aquelas chapas com tinta azul. “Ah, vai votar em quem?” “Ah, quero o azul, azul.” Virou a chapa azul, por causa disso. E nós, adeptos dessa chapa, dizemos que é a chapa da advocacia militante. E verdadeiramente se procura, e com um outro mote, fora a política partidária, que a grande preocupação hoje da instituição dos advogados militantes é a influência da política partidária na Ordem dos Advogados.

Christiane Jalles - E o militante seria...?

Oscar Argollo - Aquele que está no foro, aquele que conhece os problemas que nós estamos vivendo no Judiciário, a demora. Eu digo a demora e o atraso dessas questões que estão aí, sempre palpitando, o prazo razoável do processo. Colocaram inclusive isso na Constituição, mas não tem nada de razoável. Nós estamos com um tribunal no Rio de Janeiro que é considerado muito bom, mas verdadeiramente quem está militando sabe que as coisas não vão muito bem, porque está tudo muito demorado. Falta gente, falta mão de obra. Falta, e muito. E bem formada, falta uma verdadeira escola de formação de serviço judiciário. Não basta apenas a Escola da Magistratura. Seria necessária uma ótima escola de formação de serviço judiciário. Há algumas pelo país, mas não vejo nenhuma com excelência e nem procurando dar um verdadeiro resultado. E outra questão é a falta da mão de obra. Estão numa política que tem parte e início com a eletrônica no sistema, não é, porque a comissão... Houve uma comissão no CNJ de informatização do Poder Judiciário, e o locutor que vos fala ficou como presidente desse negócio, parecendo que é um hacker, que entende muito. Mas foi para poder articular as questões embrionárias, como a nomenclatura dos procedimentos, pois cada tribunal usava um apelido, uma coisa. Enfim, nós fomos trabalhando. E essa questão da eletrônica somada à questão da estatização... Não, perdão, da estatística, de que era adepto meu carinhoso amigo dr. Joaquim [de Arruda] Falcão [Neto], muito enfrontado com a questão da estatística. E digo a qualquer um e desafio a qualquer um: a eletrônica e a estatística não são as soluções do Poder Judiciário. Pior: pelo que estou vendo hoje em dia, pelo que está acontecendo na prática, tenho dito a alguns colegas que estão acabando com o advogado diligente.

Christiane Jalles - Quais são as soluções?

Oscar Argollo - A primeira já lhe disse, é a mão de obra. Está faltando uma mão de obra eficiente, com conhecimento e preparada para poder administrar os processos. Não é só o juiz. Como é possível um juiz, numa vara, num órgão desse, tem sete mil, dez mil processos com uma pequena equipe? Aqui no Rio, com uma alta rotatividade! Entram, fazem uma provinha, ficam um período, vão, encontram um outro emprego com um valor um pouquinho maior, saem. Enfim, nós não temos uma boa formação do serviço judiciário hoje em dia. Hoje em dia, não. Está faltando mão de obra. Esse é o fator primordial para evoluir e melhorar o serviço judiciário. Como lhe disse, colocaram na eletrônica e na estatística uma vala comum. Se o meu processo está aqui atrás e o seu está aqui na frente, não posso fazer como fazia antigamente. Eu ia lá, pegava o processo: “Me dá aqui que vou lá despachar com o juiz”, enfim. E hoje há uma resistência do assessor do juiz: “Quem é o senhor, o que o senhor quer, esse assunto o juiz vai ver hoje...” O que é isso? O advogado tem que ter acesso direto ao juiz. Isso nós deixamos claro no CNJ num memorável acórdão do dr. Marcus [Antônio de Souza] Faver, hoje desembargador aposentado, que foi presidente do Tribunal. Enfim, o advogado não pode mais sair daquele processo, daquela fila, porque isso está registrado. Então o escrevente fica com medo, certamente! “Será que a Corregedoria vai achar que estou fazendo alguma coisa errada?” Então começa a criar uma série de embaraços. Então um advogado diligente, que está lá e quer fazer o processo andar, não consegue mais fazer isso, porque essa questão da eletrônica e da estatística está comprimida e pressionando para que ele deixe de ser diligente. E isso, desafio qualquer um a dizer que estou errado. Porque vivo isso e vejo os meus colegas vivendo isso.

Tânia Rangel - O senhor chega a fazer parte, como o senhor já mencionou, do Superior Tribunal de Justiça Desportiva. E na época também quem fazia parte era o desembargador, que depois chegou a ser presidente do TJ¹¹ Desportivo e foi julgado pelo CNJ.

Oscar Argollo - É, foi, e votei lá, contra. Eu, dr. Joaquim Falcão, desembargador Jirair [Aram Meguerian], e a juíza federal dra. Germana [Moraes]. Como também na questão da maçonaria. Não sou maçom, deixo bem claro. Conheço um pouco dessas corporações justamente pela minha mania de pesquisar história. E a minha corporação, não é, a ordem *advocatorum*, um romano, eu tinha que verificar algumas outras corporações, como a maçonaria, a Ordem de Cristo do Templo, enfim. Isso sempre pesquisei por mero diletantismo. Mas, vamos lá, fui indicado...

¹¹ Tribunal de Justiça.

Oscar Argollo - ... ou quando tem alguma coisa histórica acabam. Hoje está no jornal STJD¹². O presidente da Ordem¹³, Roberto [Antônio] Buzatto, me convidou para assumir a vaga no STJD do futebol como representante da Ordem. E na época o presidente era o desembargador Luiz Zveiter, com quem sempre tive uma cordial relação, com ele e com a família. O ministro Waldemar, dona Cecília, o próprio Luiz e o Sérgio Zveiter. E fiquei cerca de oito meses, quando surgiu a criação do CNJ¹⁴. E também Roberto Buzatto sugeriu que eu me inscrevesse [riso] para poder ajudar na fundação, na criação do conselho. Aqui a participação foi muito boa, porque o Luiz era o presidente e o dr. [Rubens] Approbato [Machado], que foi meu *bâtonnier* no Conselho Federal da Ordem, era o vice-presidente. E o tribunal é aqui no prédio do meu escritório, então tudo muito fácil, muito tranquilo. Foi um momento muito bacana porque sempre gostei do futebol. Já disse aqui, sou Flamengo e sempre gostei de jogar minhas peladas, ir ao Maracanã. E acho que é uma outra maneira de você praticar o esporte. Se é um tribunal desportivo, não deixa de ser uma outra maneira de praticar o esporte! Ora, você não tem 11 cidadãos de cada lado num campo e tem uns três ou quatro de preto, lá, que se chamam árbitros? Aqueles árbitros, eles também estão ali praticando esporte. E o tribunal é uma maneira de se praticar o esporte, eu acho. O que acontece é que o CNJ, por uma regra da LOMAN¹⁵, a meu juízo mal interpretada, que é o fundamento do meu voto. Ela diz que o magistrado não pode ser dirigente de nenhuma sociedade, nenhuma associação, sociedades civis e tal. Isso proporcionou, inclusive depois, mais adiante também, a retirada de magistrados de funções diretivas das maçonarias, das lojas das maçonarias.

Tânia Rangel - Função de grão-mestre, não é?

Oscar Argollo - Eles poderiam ter lá o grau de grão-mestre, mas não poderiam exercer a atividade de dirigentes. A origem disso veio da questão de os magistrados participarem dos tribunais desportivos. A meu juízo foi uma questão mais de vaidades do que de ilegalidade, porque se examinar a LOMAN ela vai categoricamente dizer: “associação civil, fundação”, tal. Só que esse tribunal é como a Ordem dos Advogados, como o Distrito Federal, um ente *sui generis*! É um ente *sui generis*, ele não é uma associação, ele não é uma fundação. Não é! É constitucionalmente reconhecido. Além de constitucionalmente, legalmente organizado e constituído. Então toda federação e confederação desportiva tem que ter este tribunal, como tem que ter um quadro de

¹² Superior Tribunal de Justiça Desportiva.

¹³ Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

¹⁴ Conselho Nacional de Justiça.

¹⁵ Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

árbitros, como tem que ter os times, os atletas para a prática do desporto! Então o fundamento do meu voto contrário àquela posição de tirar os magistrados, depois os membros do Ministério Público também, dos tribunais desportivos foi para dizer que a lei não diz isso. Está lá, *numerus clausus*, tem aquelas figuras jurídicas, e não tem essa figura jurídica que é um ente *sui generis*, em que ninguém recebe nada, é puro diletantismo. E me lembro da discussão no CNJ, e foi um colega para a tribuna denunciar que depois da sessão havia lautos jantares numa churrascaria aqui muito conhecida, e tal. Eu tive que dizer a ele que ele meio mentia, meio não mentia. Jantar havia, mas, primeiro, não era nenhum lauto jantar. Por quê? É muito fácil de explicar. Acho que é uma questão inclusive de educação. Se reunia, este tribunal desportivo, com gente do Rio de Janeiro e gente de fora do Rio de Janeiro. O dr. Rubens Approbato vinha de São Paulo, o dr. Paulo Schmidt, que era o Procurador-Geral, vinha do Paraná, tinha um que vinha de Minas. Tinha gente que vinha de fora! Ficavam hospedados aqui porque o tribunal funcionava na parte da tarde, acabava às vezes oito, nove horas da noite. E nada mais justo que, depois, fossem jantar. A conta era paga, e daí? Isso é alguma ilegalidade, alguma irregularidade, algum favorecimento? Não é nada disso! Então, tudo isso é uma demagogia, acho que foi mais uma questão das vaidades, suscetibilidades, disse isso ao dr. Luiz Zveiter na época. “Quem sabe você não apareceu muito na televisão”, porque nós tivemos alguns problemas naquele momento em que eu estive lá.

Tânia Rangel - Ele tinha dado uma liminar, também.

Oscar Argollo - Vou lhe explicar. O primeiro, que gerou muito foco, também fui relator do processo, foi a morte de um jogador chamado Serginho, em campo. E isso gerou na imprensa um noticiário, uma complicação, enfim. Isso deu um foco ao tribunal e nós tivemos que julgar os dirigentes daquela entidade desportiva. Posteriormente foi, na tabela do campeonato, a retirada de pontos de algumas agremiações. E isso gerou também grandes matérias na imprensa, uma comoção, sobretudo naqueles times de futebol que se viram prejudicados e que tiveram a retirada de seus pontos. Diz a lenda que é o Internacional de Porto Alegre, que perdeu muitos pontos, e por que o [Nelson] Jobim era Internacional e pressionou para isso. E tinha um outro colega no Conselho que era um juiz de trabalho, que era o Paulo Schmidt, que era também Colorado, que me disse: “Lá no sul eu sou gremista, então não tem nada disso, não.” [riso] Isso conta a lenda, mas não é verdade. Houve uma pressão muito grande da magistratura, entendi que não queriam que magistrados ficassem nesse foco. E, talvez, àquele momento, digamos assim, espetacular, meio escandaloso, não negativamente, de estar na mídia, no foco, muito magistrado conservador achou que aquilo não contribuía para a figura e a imagem do magistrado. Não era o meu sentir, e dei um voto a meu juízo,

aplicando a minha técnica, para dizer que não se enquadrava na LOMAN porque era um ente *sui generis*, aquilo não era uma associação civil, não era uma fundação, não era nada daquilo que estava escrito lá. [bate sobre a mesa]

Tânia Rangel - E como surge a indicação do seu nome para concorrer dentro do Conselho?

Oscar Argollo - É... Quando veio a emenda, foi aprovada em dezembro de 2004, não é? O Conselho Federal começou a discutir como eles fariam para escolher os seus dois representantes. O conselheiro Sérgio Ferraz, grande advogado, ajudou muito na confecção e elaboração de uma regra, um provimento para isso, com o Buzatto na presidência. Inclusive conversei várias vezes com o Buzatto porque, em que pese na gestão dele eu não ser Conselheiro Federal, eu fazia parte de várias comissões do Conselho Federal a pedido do próprio Buzatto, que é um grande amigo. E por conhecer aquelas discussões e tudo mais e ter a minha opinião, um belo dia, por coincidência, em Fortaleza, estavam reunidos os conselheiros federais naquela cidade. Acho que havia lá o que chamam um colégio de presidente, também. E como disse, por coincidência, eu estava em Fortaleza no mesmo hotel, estava lá a trabalho, eu tinha uma audiência naqueles dias. E, evidentemente, fui ver os meus colegas, amigos, enfim. E essa discussão havia se encerrado sem nenhum resultado muito concreto. Sabiam que iam fazer um edital para convocar pessoas para se inscreverem. Mentira minha, já estava feito o edital para se inscreverem, quando seria, e tal. Era isso que estavam discutindo. E me recordo que, fora do salão, num corredor, havia uma mesa com café, e eu estava lá tomando um café. O Buzatto saiu da reunião e veio conversar comigo, e me levou para um canto onde tinha uma coluna, e ficou encostado numa coluna conversando baixinho comigo... “E aí, Buzatto, como está indo esse negócio?” “Não, vai indo bem, mas estou muito preocupado. Afinal de contas vão criar este Conselho, nós precisamos fazer alguma coisa correta, porque é assunto muito sério que preocupa, e estou aqui pensando...” Eu disse: “Eu sei, eu sei. Já está pensando, está querendo arrumar um abacaxi para mim.” Ele disse: “Não, não estou querendo arrumar um abacaxi, estou querendo saber se você vem.” E perguntei para ele: “Vem cá, isso é uma missão?” Ele disse: “É uma missão.” Eu disse: “Então está bom. Vou me inscrever.” Imediatamente tive que ligar para a minha mulher e para o meu despachante para pedir que tirassem certidões e documentos. Você tinha que juntar uma série de documentos dos seus dez anos de exercício de advocacia, em que pese eu ter sido conselheiro federal, ser conhecido lá, enfim. O Brasil e suas formalidades. Então nós tivemos que, na segunda-feira... E no fim de semana voltei, na segunda-feira às sete horas da manhã eu estava num arquivo morto lá em São Cristóvão, eu guardo as coisas antigas, para retirar documentos de dez anos, para fazer a comprovação. E o prazo vencia na quarta-feira! Mas, enfim,

consegui toda a documentação, haja vista a decisão da comissão de exame dessa papelada ter considerado a minha documentação e de uma outra colega que se candidatou, que eu não sei o nome, que era a documentação que estava correta. Depois houve recurso daqueles que consideraram alguma irregularidade, como foi o caso do Paulo Lôbo, meu amigo. Porque ele foi conselheiro federal muito tempo, foi Procurador-Chefe lá do estado dele, das Alagoas. Um homem que tem livro publicado e tal, e lá em grau de recurso evidentemente aprovaram, porque é muito formalismo isso. Mas cumpri à risca, costume cumprir à risca as coisas. E teve a tal da sessão e nós fomos escolhidos, o Paulo Lobo e eu.

Tânia Rangel - Mas houve algum tipo de campanha junto aos conselheiros?

Oscar Argollo - Sim, de certa forma, sim. O Paulo Lobo foi relator do estatuto vigente, lá no Conselho Federal. Participei aqui no Rio de Janeiro com várias indicações, tenho a convicção disso. Há alguns dispositivos nesse estatuto que fui eu quem redigi, até para combater algumas, digamos, extravagâncias. Há algumas outras que existem ali que sou contra, enfim, mas alguns dispositivos eu ajudei a colocar. E o Paulo foi relator, então é uma figura muito conhecida no Conselho Federal. Eu fiz, a título de campanha, como você pergunta evidentemente, escrevi como se fosse uma espécie de artigo e entreguei, divulguei a todos os conselheiros federais, porque afinal de contas era um colégio eleitoral, aquilo ali. E como sempre tem as suas implicações político-partidárias. Então tive que conversar com aqueles colegas mais colegas, aqueles que são colegas e sabem que a minha história é com a militância, é com a advocacia, não é com a política partidária. O dia em que eu quiser ser político vou para um partido, vou me candidatar a qualquer coisa, o dia que eu quiser faço isso, mas na Ordem, não. Na Ordem nós temos que preservar a... Talvez a questão mais importante do nosso exercício profissional, que é a independência. Advogado tem que ser independente, não tem que estar atrelado a nada. E a instituição, sobretudo, a instituição tem que ser completamente livre e independente, não pode ter atrelamentos e ideologias. Cada um tem a sua como cada um tem a sua religião, e lá não se está para discutir ideologia nem religião, lá se está para discutir uma profissão, que é a advocacia.

Tânia Rangel - Nesse momento que o senhor se prontifica a ser candidato... Aliás, o senhor se coloca como candidato da Ordem para ir para o Conselho, o Conselho ainda não existia, ele não tinha sido ainda criado. Assim...

Oscar Argollo - Tinha. Já estava criado.

Tânia Rangel - Já tinha sido criado pela emenda, mas não tinha começado a funcionar.

Oscar Argollo - Não, não. Estava sendo formado. Então estavam chegando as indicações.

Tânia Rangel - Exato. As pessoas, não é? Nesse momento, como... ?

Oscar Argollo - Para o Congresso. Para o Congresso, onde deveria se fazer... Também... Comigo sempre tem um caso, viu? Teve uma história nesse meio. Onde deveria se fazer uma sabatina. Isso foi a coisa mais terrível da minha vida profissional e do meu ingresso no Conselho Nacional de Justiça.

Tânia Rangel - Por quê?

Oscar Argollo - Olhe lá. Não poderia ser diferente. O que nós estávamos criando era um conselho institucional, um órgão institucional, não tem nada de político-partidário. Sobretudo no Poder Judiciário, não tem. Mas, como isso estava dentro da casa da política partidária, é obvio que isso respingou. E na hora da aprovação dos nomes, na hora da aprovação dos nomes começaram a criar caso com alguns nomes. Para seu governo, um nome antes do meu chegou a ser vetado!

Tânia Rangel - Foi o Alexandre de Moraes.

Oscar Argollo - E na minha votação eu estava sendo, como se diz aqui na gíria carioca, bumbado! Quando o senador [José] Renan [Vasconcelos] Calheiros começou a gritar: “Gente, esse é o candidato da Ordem, esse daí é o candidato da Ordem! Não, vamos dar um...” Aí suspendeu a sessão.

Christiane Jalles - E quem o combatia?

Tânia Rangel - E com qual argumento?

Oscar Argollo - A mim?

Christiane Jalles - É. Na sua sabatina, quem estava te bombardeando?

Oscar Argollo - Não. Não era nada pessoal. Acho que era uma instabilidade, ao meu sentir, uma instabilidade emocional que se criou naquele momento ali, dessas escolhas. E uns de um lado, aquele clamor, aquela confusão, e então se perdeu o controle. A ponto de o senador Renan Calheiros suspender a sessão e dizer: “Olha, espera, não é nada disso.”. E aí...

Christiane Jalles - Mas algum partido em particular encabeçava isso?

Oscar Argollo - É. Houve, com toda a franqueza, é só verificar, houve um trabalho do PT contra algumas pessoas. Uma delas, o professor Joaquim [de Arruda] Falcão [Neto]. Chegaram a mencionar lá umas bobagens, umas coisas que não tinham sentido e que ele, prontamente, mostrou que não eram nem verdade. Então, como eu lhe disse. Entrou uma questão político-partidária ideológica num momento e num assunto em que não tinha que ter nada disso. Era uma questão institucional de formação de um conselho do Poder Judiciário, que não deve nem passar perto desse tipo de questão. Mas depois foram todos aqueles nomes aprovados. Aí é que está a minha grande tristeza, a minha grande mágoa, e aquele sentimento depressivo no meu interior. Eu não pude falar, não fui sabatinado! [bate na mesa] Você imagina um advogado, na casa onde tem a tribuna, não poder falar! [bate na mesa] [riso longo]

Christiane Jalles - Foi uma votação sem o...

Oscar Argollo - Aprovaram de vez todo mundo. E marcaram o dia da posse, nós tomamos posse...

Christiane Jalles - E então?

Oscar Argollo - E então começa... Aí começa o Conselho.

Tânia Rangel - Não, mas eu quero... Um minutinho antes. Ou seja...

Oscar Argollo - Um minutinho antes.

Tânia Rangel - Quando o senhor está fazendo a campanha perante os conselheiros para que eles pudessem votar em seu nome para o Conselho, qual era a sua expectativa como possível futuro

conselheiro, e que tipo de argumentação o senhor usou com os conselheiros para justificar a sua candidatura?

Oscar Argollo - A justificação que vem desde os anos [19]60, já apregoada em discursos de Evandro [Cavalcanti] Lins e Silva sobre a questão do controle externo. Foi justamente o que consta deste papel que escrevi a todos, esta carta dizendo quais eram os ideais da Ordem desde então, quais eram as nossas vontades, e qual era o papel que eu procuraria desempenhar. Que na verdade era o de trabalhar para melhorar o Poder Judiciário. Sei que não sou dono da verdade, não sou Dom Quixote, em que pese ter um quadro do Dom Quixote ali, foi um colega que me deu. [riso] E diz que sou o próprio porque sou muito lutador. Mas tenho a convicção de que não vou mudar o mundo, muito menos o Poder Judiciário, em que pese eu ter posições radicais contra uma série de coisas. Acho que o modelo e o sistema do Judiciário brasileiro estão errados, ultrapassados, mas há séculos! Mas o conservadorismo ainda mantém essas coisas que estão aí.

Tânia Rangel - E o senhor acha que está errado por quê? Qual é o erro? Alguns, ou um?

Oscar Argollo - Nós vivemos numa Justiça completamente fechada, a que a população não tem verdadeiramente acesso! Veja a loucura que é hoje o Juizado Especial, que o povo chama pequenas causas. A loucura que eu digo, o elefante branco que ele se tornou! Olhe lá. A Justiça do Trabalho, que começou em [19]43, era para ser como um Juizado Especial. Olhe a dimensão, a proporção, o tamanho que você tem hoje na Justiça do Trabalho. Sobretudo depois da Constituição de [19]88, quando a consciência do trabalhador aflorou mais com toda a propaganda e tudo. Propaganda inclusive político-partidária de favorecimento ao trabalhador, ao operário. Então o que é o Juizado Especial? É a solução? Não. Na minha opinião ainda é um paliativo. Discute-se hoje sobre a criação de novos tribunais regionais federais. Entendo a posição do ministro Joaquim [Benedito] Barbosa [Gomes], presidente, quando se revoltou por haver uma tentativa de criação, dentro do Congresso Nacional, sem ter iniciativa do Poder Judiciário e sem sequer ter passado pelo Conselho Nacional de Justiça, para dar uma chancela, uma opinião ainda que fosse, sobre essa situação, porque é o órgão feito para isso. Acho que é inconstitucional, isso daí. Acho que vão declarar inconstitucional. Agora, sobre a questão dos custos que isso pode ocasionar, o que posso fazer? Não posso fazer nada. A Constituição diz que o Estado tem que dar a Justiça para a população, para a cidadania. Então tem que criar, tem que criar *mesmo*. Porque esses tribunais regionais federais, em número de cinco, eles estão abarrotados. Eu tive a oportunidade, há uns dois meses atrás, de encontrar num restaurante aqui do Jockey Club com o ministro Marco Aurélio [Mendes de Farias Mello]. E

conversamos, ainda que rapidamente, e falamos sobre a questão da eletrônica, da estatística a pressionar os juízes... Vai fazendo o serviço por causa da estatística, por que tem que mostrar serviço. Acho isso um horror, acho que não pode ser por aí. Falei sobre a questão da mão de obra, que acho que está faltando mão de obra. Mas não avancei nessas outras questões. Mas eu, particularmente, acho que em cada esquina deveria haver um juiz, nós tínhamos que mudar esse modelo. Já não se fala mais, e se falou numa ocasião, sobre o juiz leigo. Não esse juiz leigo que funciona no Juizado Especial. Aquele escolhido pela sociedade para funcionar, digamos, como o juiz de bairro.

Christiane Jalles - Na Inglaterra tem.

Oscar Argollo - A Justiça tem que estar junto da cidadania porque ela tem que estar junto da população, junto do cidadão, ela não pode ficar longe. Não pode ser essa coisa vestal, afastada, conservadora, pesada, arrogante! Não é? O que gera medo no cidadão ou no povo. Muito advogado novo me procura: “Mas o senhor não tem medo do juiz, do desembargador?” Eu digo: “Não tenho medo nenhum, ele é igualzinho a mim...” Aliás, está escrito na lei. Não tenho medo algum. O que tenho é educação e respeito, que ele tem que ter comigo também. E o povo não pode ter medo, o povo tem que ter respeito. E tem que ter a confiança naquilo ali, estar perto dele para atender a ele. Então, quando eu disse: “Ah, essa grande loucura do Juizado Especial”, é que virou um paliativo. É hoje um monstro, com juízes, com milhares de processos para serem julgados. Aquilo que se pretendia de prazo rápido está deixando de ser, como se fez na reforma no Código do Processo Civil, o Código de [19]73. Depois de criar o rito sumário, que era para em 90 dias resolver as causas... Se aconteceu, traga aqui para a gente cantar parabéns, homenagear, alguma coisa, porque é difícil.

Christiane Jalles - O senhor considera que a população tem essa capacidade, por exemplo, de escolher juiz leigo, esse juiz leigo que o senhor está apontando?

Oscar Argollo - Acho. Acho, acho que tem, sim. Acho que tem. Não tenho medo, de como diziam alguns: “Ah, o jogo do bicho vai controlar.” Agora não se fala mais no jogo do bicho, agora são outras figuras que vão se criando, não é? É da milícia: “A milícia vai controlar.” Esta é uma terrível mania brasileira que vai acabar mesmo com o nosso país, se nós continuarmos com esse tipo de cultura. Alguém faz uma coisa errada, vai se criar uma regra geral, com uma resistência, com uma obstrução, com uma reação contrária. Nós temos o hábito de fazer isso. Eu digo a alguns amigos,

mais ligados à política partidária, do lado mais da esquerda. Eu digo: “Rapaz, não me leve a mal, não, mas eu... Nem na época da famosa ditadura, havia tanta repressão civil como nós estamos tendo hoje.” Os controles, você tem câmera em tudo que é lugar. É porque talvez o fisco, sei lá, por algum constrangimento, ele ainda não quis fazer. Mas se você chegar ali na lanchonete e passar o seu cartão para pagar a conta da lanchonete, basta ligar esses sistemas que vai bater lá no fisco. E a privacidade? E a intimidade? As coisas estão acontecendo no Brasil com restrições civis e a população ignora, porque este é um país que tem 60% de analfabetos, entre analfabetos completos e analfabetos funcionais. Basta ver pesquisas do IPEA¹⁶.

Christiane Jalles - Mas o senhor acha que esses têm capacidade de...?

Oscar Argollo - Por que não? Vai colocar um bandido na cadeira do juiz? Coloque. No outro dia vamos tirar o bandido de lá. Qual é o mistério? Não se coloca aqui presidente da República e não se retirou o presidente da República?

Christiane Jalles - Mas quem retiraria um juiz que foi colocado e que seria bandido?

Oscar Argollo - O Conselho Nacional de Justiça é a grande corregedoria nacional! Ele está aí para isso e ele tem este poder. A senhora me perguntou, vou lhe dar a solução. Não sei se é a melhor, mas é como opinião. Essa ideia de que o povo não está preparado para escolher um juiz leigo, não acredito. Acho que está. “Ah, mas escolhe tanto político que não serve.” É, sei disso, também. Mas tem uma frase bíblica que uso muito: “Quem pariu Mateus que o embale.” Se você está sofrendo, foi você que escolheu. Se nós escolhermos algum magistrado que não serve, retira-se. Porque se ele faz prova, se ele faz um exame que é o mais terrível que há no país... O exame mais pesado que há é o exame para a magistratura. No exame da magistratura, numa entrevista, numa prova oral ou nos documentos que a pessoa apresenta, não está estampado o caráter dela. Isso vai aflorar depois, se houver uma omissão, se ela esconder seu caráter. E se aparecer o mau caráter, estão aí os conselhos da magistratura para retirá-lo de lá. Porque se o conselho da magistratura não tirar, o Conselho Nacional de Justiça retira. No Conselho Nacional de Justiça nós afastamos o presidente de um tribunal. Foi um reboiço, foi um reboiço.

Tânia Rangel - E como que foi essa...?

¹⁶ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Oscar Argollo - Foi no peito.

Tânia Rangel - Mas houve uma articulação prévia?

Oscar Argollo - Nossa?

Tânia Rangel - É.

Oscar Argollo - Nossa, teve.

Tânia Rangel - E quem encabeçou essa...?

Oscar Argollo - Eram quatro. [risos] Posso dizer que um era eu. [risos] Eu é que fui buscar lá embaixo o material onde estavam as degravações.

Tânia Rangel - E com a prova...

Oscar Argollo - Eram sete e meia da noite, e alguém ligou: “Mas como vocês vão fazer isso?” Nós vamos fazer. Nós não podemos admitir que o presidente de um tribunal se encontre preso, como nunca admiti que um advogado preso não fosse suspenso, imediatamente suspenso. Porque se um advogado está preso e se ele defende o seu interesse, e ele está preso, como é que ficou seu interesse? A primeira providência que a Ordem tem que tomar é suspender o advogado até para que a Justiça pare, porque a suspensão dele faz parar. Que venha outro advogado para cuidar do seu interesse. Então lá, no dia em que afastamos esse presidente de tribunal, no meio do meu discurso, eu disse: “Olhe, imagine se um advogado vai ao tribunal e pergunta: o presidente está?” “Não, o presidente não está, ele está de férias.” Está ótimo, está de férias, vai procurar o vice-presidente que deve estar respondendo. “O presidente está?” “Não, ele está doente, está internado.” “Ora, que lamentável, que lamentável. Vamos procurar o vice-presidente.” “O presidente está?” “Não, ele está preso.” O presidente do tribunal está preso? Ele não pode ser mais presidente do tribunal, ele tem que ser afastado imediatamente, como temos que afastar o advogado preso. Até pelo interesse que tem que se ter em respeito à instituição, à figura da magistratura, do juiz, do magistrado. E nós o afastamos.

Christiane Jalles - Foi difícil conseguir as provas?

Oscar Argollo - Não, não. Fui incumbido desta parte...

Tânia Rangel - Incumbido por quem?

Oscar Argollo - No nosso grupo, porque nós nos reunimos e vimos que aquilo era um absurdo e vimos que havia uma maquinação para que nada fosse feito: “Mas como vão afastar o presidente do tribunal.” Havia uma pressão muito forte! Eu disse: “Não, vamos afastar, sim, não tem erro, não. Como é que vamos fazer? Vamos chamar a Procuradora.” [riso]

Tânia Rangel - Procuradora da República.

Oscar Argollo - Sim. “O que a senhora tem aí? Traga.” Ela trouxe, e fui a alguns gabinetes recolher cópia de uns materiais, dentre eles a degravação feita pela Polícia Federal das conversas do juiz. Tudo lá, tudo escrito lá.

Christiane Jalles - Gabinete de outro conselheiro, é isso?

Oscar Argollo - Não, não.

Tânia Rangel - De ministro?

Oscar Argollo - É, de ministro do Supremo, mesmo. [riso] Porque graças a Deus sempre tive ótimo relacionamento com os senhores ministros do Supremo Tribunal Federal. Alguns, não diria intimidade, mas mais acesso. Imagine quantas viagens não fiz do Rio de Janeiro para Brasília com o ministro Marco Aurélio, e se não falávamos do nosso querido Flamengo. É evidente que falávamos! [riso] Somos sofrendores juntos. [risos]

Tânia Rangel - E nesse caso, para conseguir essas provas no Supremo vocês...

Oscar Argollo - É, porque já havia processos lá em andamento, já havia pedidos de habeas corpus. Imediatamente foram inventados, e nós sabíamos disso. Então fui lá para tirar cópia do material, e a Procuradora também nos trouxe uma cópia de um material que ela tinha obtido. E nós então

modulamos aquilo com esses elementos, o que nos possibilitou, por cautela, afastá-lo. Afastamos por cautela, até para preservar a instituição da figura de um magistrado.

Tânia Rangel - Esse fato que o senhor descreve para a gente é muito importante porque mostra como no começo do CNJ são feitas algumas articulações, vamos assim dizer, dos conselheiros, mas dentro da instituição CNJ com outras instituições. Então queríamos que o senhor falasse um pouco mais sobre isso, ou seja, como era o acesso que vocês, conselheiros... Primeiro, se era igual, ou se tem notícia se era igual ou não, em relação, por exemplo, à comunicação com o Ministério Público, com o Supremo Tribunal Federal, com algum outro tribunal, como isso era feito?

Oscar Argollo - Acho que isso dependia muito de cada um, e também da personalidade de cada um. A minha já deu para notar que é um pouco mais extravagante. Sempre me dei muito bem com os senhores ministros. Sempre. Inclusive vez por outra socialmente estávamos reunidos por algum acontecimento. Com o Ministério Público, não. O Ministério Público comparecia na sessão e mais nada. Não tínhamos nenhuma relação direta, porque não tratamos do Ministério Público, tratamos do Judiciário.

Christiane Jalles - Não, não é nisso. É no sentido desse exemplo que o senhor deu. O senhor foi lá, chamou uma Procuradora da República e ela ajudou na montagem do processo... é nessa relação. É essa a relação que queremos.

Oscar Argollo - Como tu deves saber, Brasília é uma província, as pessoas se conhecem. Então claro.

Christiane Jalles - Ou seja, havia acesso aos procuradores quando era necessário?

Oscar Argollo - Não, não, não.

Christiane Jalles - O Procurador que está cuidando de um caso, vocês...

Oscar Argollo - Não, não, não. Não. Por quê? Porque apenas uma parte do Conselho tem mais ligação com esse tipo de questão que você está falando, que já é um outro tipo de envolvimento de algum magistrado, que é na Corregedoria. O Conselho, em si, ele funciona nas questões administrativas do Judiciário. Portanto não tem nenhuma vinculação direta com as questões do

Ministério Público. Isto foi por mero conhecimento, por conhecer a Procuradora. Um dos colegas ligou e disse: “Ah, por favor, passa aqui, explica para a gente como está a situação, se tem documento, elemento.” E disse: “Ah, tenho HC aqui embaixo, deixa comigo que vou aqui embaixo pegar.” [riso] E foi. “Olha, estou precisando aí, que nós estamos...” “Faz favor, tira cópia aqui, e entrega para o dr. Argollo.” Nunca esqueça que eu sou advogado [riso], e eu nunca esqueci disso. Em que pese estar, como diria um outro ministro, estive magistrado, mas sempre fui advogado.

Christiane Jalles - Então não é uma relação... Não é um procedimento institucional do CNJ?

Oscar Argollo - Não.

Christiane Jalles - Ah, essa é a pergunta.

Oscar Argollo - Não, não. Isso foi um acontecimento.

Christiane Jalles - Por conta das relações pessoais que cada conselheiro pode ter.

Oscar Argollo - Sim, claro, não é institucional. Mas a articulação interna depende muito da personalidade de cada um. Como você fez a indagação, o comportamento. Alguns diziam: “Mas como você fala assim com um ministro, ou com a ministra?” Eu dizia: “Eu estou falando. Eu o ofendi, falei alguma palavra chula, alguma coisa? Não.” Sou uma pessoa livre. Enfim, estou tranquilo com a minha consciência, não vou ficar com reverências e uma certa liturgia na hora que não tem que ter liturgia. Liturgia você deixa para a hora da sessão, porque você está diante do público, enfim, de outras figuras que são partícipes de todo esse contexto. E você tem que ter um comportamento e respeito à instituição, que é o Poder Judiciário. Então nunca tive nenhum problema com nenhum dos conselheiros. Frequentava o gabinete de todos e muitas vezes fiz articulação para determinados casos. Ia conversar com um, ia conversar com outro, levava e trazia para saber como a gente ia se comportar, porque esse é o papel que o Conselho tem que ter. Talvez já tenha mencionado aqui ao começo. Numa das primeiras reuniões que tivemos, o Nelson Jobim disse assim: “Isso aqui não é um tribunal, isso aqui é um conselho.” Como eu tinha experiência do Conselho, dizia: “Não vamos tribunalizar.” Em que pese ter ares de um tribunal. Há o processo, há julgamento, mas o funcionamento dele, não. Não. Éramos todos iguais. Cada um na sua posição originária, mas naquele momento ali éramos todos conselheiros.

Tânia Rangel - E nesse momento que cada um tem a sua origem, as suas vinculações, no momento de levar a questão para o plenário para votar ficava clara...

Oscar Argollo - Nós tivemos uma felicidade muito grande...

Tânia Rangel - ...ficava clara a corporação e o interesse de cada um dos representantes?

Oscar Argollo - Claro. Sei aonde você quer chegar e também vou lhe dizer com toda a franqueza. Nós conseguimos cooptar os juízes. [riso] Porque, se você examinar, é desproporcional.

Tânia Rangel - Nove a seis, não é?

Oscar Argollo - Nós conseguimos cooptar os juízes. E cooptamos a partir do momento daquele primeiro processo, quando a AMB¹⁷ se viu satisfeita pelo seu pleito, que eram as sessões de promoção por voto aberto e justificado.

Tânia Rangel - Só para a gente...

Christiane Jalles - O senhor poderia contar esse primeiro feito? Porque acabou que nós não gravamos. Seria bom que o senhor falasse que foi o primeiro...

Tânia Rangel - É o primeiro processo distribuído no CNJ.

Oscar Argollo - É. Tão logo nós elaboramos o regimento, discutimos o regimento, tivemos várias discussões sobre o regimento, surgiu o primeiro processo, digamos assim, de repercussão da ação do CNJ.

Christiane Jalles - Foi uma demanda externa.

Oscar Argollo - Foi um pleito da AMB. Na época presidida pelo juiz Rodrigo Collaço, hoje desembargador em Santa Catarina. Uma figura excelente, um rapaz brilhante, muito inteligente, muito preparado e tranquilo, cortês. O que aconteceu foi o seguinte. Este processo foi distribuído a

¹⁷ Associação dos Magistrados Brasileiros.

mim. E imediatamente comecei a elaborar o meu voto, porque não deixo nada para depois, não deixo nada atrasado. Aqui mesmo no escritório, com colegas, até com o meu filho, reclamo às vezes um pouco: “Está atrasando, vamos logo.” Eu não gosto de entregar nada em cima do prazo. Às vezes acontece, mas acho que essa não deve ser a regra. Então sempre que me ative a qualquer tipo de trabalho procurei ser diligente e preparar logo o que tinha que fazer para na hora estar pronto. Recebi uma ligação de Nelson Jobim, muito preocupado, evidentemente, porque aquilo era uma questão essencialmente da magistratura, e eu advogava.

Tânia Rangel - E a distribuição foi feita por sorteio?

Oscar Argollo - Um sorteio. Então o Jobim disse: “Você está precisando de alguma coisa?” Eu disse: “Não, já comecei a estruturar, elaborar o meu voto. Estou tranquilo.” “Não, se precisar de alguma coisa, tu falas com o Flávio Dino [de Castro e Costa].” O Flávio Dino era juiz federal naquela época e era o secretário-geral do Conselho. Eu disse: “Não, pode ficar tranquilo.” “Está bom.” Aqui no Rio de Janeiro eu já conhecia o também juiz Luis Felipe Salomão, que na ocasião era o presidente da Escola Nacional da Magistratura. E estando aqui no Rio de Janeiro recebi uma ligação dele. Ele disse que queria conversar comigo. Eu disse: “Olha, por acaso eu vou aí, acho que no fórum.” Eu ia ver alguma coisa. Não estava advogando, mas ia encontrar algum amigo, alguma coisa. Sei que me encontrei com ele e conversamos muito rapidamente. Ele disse: “Olha, sei que você está com esse processo, isso é de grande interesse da magistratura e o presidente da AMB não te conhece. Ele quer te conhecer e quer conversar contigo sobre este processo, quer uma audiência com você.” “Não, não tem problema nenhum. Estou indo segunda-feira cedo.” Ou ia domingo, acho que fui domingo nesse dia para Brasília. “E na segunda-feira já de manhã posso estar lá, dez horas da manhã está bom?” “Ah, está bom, vou falar.” Depois me ligou, disse: “Não, estaríamos lá.” Está bom. Nós não tínhamos nem gabinete para trabalhar. Nenhum conselheiro tinha secretário, não tinha nada.

Christiane Jalles - Não tinha nem salas individuais.

Oscar Argollo - Nem salas individuais.

Tânia Rangel - E como era?

Christiane Jalles - Eram coletivas?

Oscar Argollo - Não, não havia nem sala coletiva.

Christiane Jalles - Não havia sala?

Oscar Argollo - Não havia nada! Tinha uma sala com duas mesas que eram dois juízes auxiliares, dr. Alexandre, dr. Elton, que ajudavam o ministro Jobim, e o secretário-geral já acho que ficava numa outra sala. E havia uma pequena mesa ali na sala dele, eu disse: “Olha, vou receber aqui...” “Não, tem aqui essa mesinha aqui...” “Ah, está ótimo, é aqui mesmo.” Tirei o paletó, botei no espaldar, eles entraram, cumprimentei, e o dr. Collaço com muita reverência [riso], eu disse: “Olha aqui, vamos parar com esse negócio. Se vocês quiserem tirar o paletó tirem, vamos sentar aqui. Eu sou Argollo, você é o Rodrigo Collaço e esse aqui é o Salomão. Aqui não tem essa coisa de liturgia. Vocês querem saber sobre o processo.” Então o Collaço falou que aquilo era de muito interesse da magistratura, que era um problema antigo da magistratura, na escolha e na promoção dos magistrados, que faziam sessões secretas onde aconteciam coisas que só Deus duvidava. Eu disse: “Olha, vocês sabem que sou da advocacia, mas dizem que não sou burro e também sei um pouco das coisas. Sei como essas coisas funcionam. Mas para satisfazer melhor vocês... Está aqui, tome aqui.” Dei um disquete para cada um com o meu voto, e pronto. Eu disse: “Aqui não tem nenhum segredo de Estado, estou apenas dizendo, ou melhor, estou repetindo e confirmando o que a Constituição já diz: ‘O voto tem que ser fundamentado e em sessão aberta, não pode ser mais em sessão secreta.’ Isso está escrito na Constituição. Então aqui não tem nenhum mistério, este é o meu voto. Ah, por acaso se tiver algum erro, se falei alguma bobagem, vocês podem corrigir que eu aceito correção.” Felizmente, ainda indaguei: “Se tiverem alguma jurisprudência a mais do que coloquei, também aceito.” Me devolveram dois dias depois, o Luís Felipe Salomão me mandou um e-mail com uma jurisprudência dizendo que era irretocável. Eu disse: “Oh, graças a Deus, prestei bem atenção nas vírgulas, nos pontos, na concordância.” Não foi a prova do Enem com receita do macarrão, não é.

Tânia Rangel - E como foi levar isso para o plenário, como o plenário se comportou em relação a isso?

Oscar Argollo - O plenário estava convencido disso.

Tânia Rangel - Até os ministros, desembargadores?

Oscar Argollo - Não tinha como fugir. Ia ser um fiasco. Ia ser um fiasco ministro e desembargador votar contra o que estava escrito ali na Constituição tão claramente, não é? Tão claramente. E como ele disse: “Nós cooptamos o apoio dos magistrados, dos juízes.” Não é? O dr. Collaço era juiz, então... E aqui, uma particularidade. Acho pitoresco, não fico envaidecido, não. Acho pitoresco. Em certa ocasião, numa conferência em Macapá, no Amapá, havia uma série de magistrados. E lá no fim, depois da minha manifestação, aquelas perguntas. Enfim, no meio do caminho levantou-se um juiz bem jovem, e ele teve a coragem de dizer: “V. Ex.^a é a princesa Isabel da magistratura.” [gargalhada] Achei isso muito engraçado, eu disse: “Olha, nem tanto, mas não sou eu, não. É o Conselho que está tomando as posições que tem que tomar.” E aconteceram coisas pitorescas, como logo a seguir à edição... Porque tão logo dei o meu voto, nesse sentido via-se que a opinião era geral, o conselheiro Alexandre de Moraes formulou então a questão de se construir uma resolução regulamentando como deveria funcionar essa coisa. E é o que foi feito, é a resolução número seis do Conselho. É a primeira que ataca verdadeiramente a magistratura.

Christiane Jalles - O senhor considera que, de forma geral, as relações do CNJ com as associações de juízes são tranquilas?

Oscar Argollo - Hoje, não.

Christiane Jalles - Foi mudando?

Oscar Argollo - Isso é um sentido do Oscar Argollo.

Christiane Jalles - Sim, claro, evidente. Foi mudando?

Oscar Argollo - Um sentido do Oscar Argollo. Acho que, uma opinião. Enquanto elas estavam ou estiverem na mão de juiz vai bem, se ficar na mão de desembargador vai mal.

Christiane Jalles - O senhor acha que essa foi a mudança?

Oscar Argollo - Acho, é o meu sentir, é plena certeza.

Christiane Jalles - Não foi então por questões das quais o CNJ veio a tratar?

Oscar Argollo - Não, não.

Tânia Rangel - Qual é a diferença...?

Oscar Argollo - Porque o ódio que nutrem contra o CNJ, de parcela da magistratura, isso vai acontecer sempre. Haja vista a questão da implantação do subsídio. Tinha gente que ganhava lá um dinheiro e deixou de ganhar um dinheiro. Gente que ganhava 30 e passou a ganhar 17,5. Devem me amar! A minha mulher diz que eu devo tomar banho de mar todo dia que é para tirar a uruca, porque o que devem ter rogado de praga para mim... Eu digo: “Não fiz mais do que cumprir a minha obrigação!” Eu e o Conselho, o Conselho todo decidiu nesse sentido, e o Poder Judiciário é o primeiro Poder a verdadeiramente, de maneira geral, implantar esta nova figura remuneratória do servidor público brasileiro. Está escrito na Constituição, art. 37, é o subsídio. Hoje no Poder Judiciário essa remuneração se chama subsídio e está implantada. Nos outros poderes a coisa ainda não funciona direito, não. Então esse ódio, a aversão ao controle e tudo mais, isso vai continuar! Vai continuar por algum tempo, porque aqueles que foram cortados, eles estão aí.

Tânia Rangel - E qual é o conflito maior de interesses que o senhor vê entre a magistratura de Primeira Instância e a de Segunda?

Oscar Argollo - Olha, acho que é a distância que um tem do outro. O juiz está lá embaixo. Há uma piada, não é. A história de que juiz é santo, desembargador é deus, enfim. Acho que a coisa é um pouco por aí. Essas coisas folclóricas da sociedade, as primeiras filosofias populares: “A voz do povo é a voz de Deus”. Então há umas conotações que têm sempre um fundo de verdade. Vejo essa distância enorme que há entre o juiz e o desembargador. E veja lá, essa é uma estratificação meramente histórica! Há uma corrente que diz e prega que todos deveriam se chamar juízes. O juiz da suprema corte, o juiz do tribunal e o juiz da Primeira Instância, como funciona nos Estados Unidos. Aqui, por uma questão histórica, tradicionalmente. Veja lá, o juiz do Trabalho, o juiz do Tribunal do Trabalho era juiz. Hoje eles se chamam desembargadores, numa sintonia com o que prevalece nos tribunais federais e nos tribunais estaduais. Então essa estratificação, a meu juízo, é uma mera nomenclatura e nada mais que isso, porque o juiz de Primeira Instância não é diferente do desembargador. Eles são regidos pela mesma regra... Uma regra velha que já era para ter sido mudada e o Supremo até hoje não mudou. Está na Constituição para mudar, tem mais de dez anos e eles não mexeram nisso. Também não avança. Por que que as coisas não avançam? Porque é

moroso, porque é conservador, e muita gente não quer mexer porque acha que está bom assim. Só pode ser isso. Então essa estratificação gera uma estratificação pessoal, qualitativa entre eles mesmos, com uma série de reverências, interferências e sobretudo desprezos. Porque é muito singular essa coisa pitoresca que contei aqui, do jovem juiz lá no fundo de uma conferência dizer que eu era a princesa Isabel da magistratura! Porque se sentem oprimidos, pressionados e um pouco relegados, não é? Aqui no Tribunal do Rio [de Janeiro] já tive amigos que presidiram. Hoje nós temos aqui uma figura fantástica, a dra. Leila [Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro] Mariano. A dra. Mariano é uma figura excelente, uma mulher equilibradíssima, ela sabe das coisas. Mas eu ainda não tive a coragem, e não sei se faria isso com ela, não. Porque acho que ela sabe o que está acontecendo. Talvez não tenha dificuldade para desenvolver as coisas pela questão material, a falta de material para ela poder desenvolver. Mas eu sempre dizia: “Olha, vamos descer! Vamos lá, vamos comigo, encostar a barriga no balcão para ver como a coisa está funcionando, como o advogado está sendo tratado, vamos lá ver!” É um desafio. Quem quiser ir comigo eu levo com o maior prazer e mostro, porque não preciso mentir. As coisas estão aí. Tem gente que gosta do que eu digo, tem gente que não gosta, mas e daí? Eu sou Flamengo, tem gente que não é. [riso]

Christiane Jalles - Nesse sentido que o senhor estava falando, para a gente retomar, o senhor considera que as metas instituídas pelo CNJ¹⁸, especialmente aquilo que o senhor fala o tempo todo da estatística, pressiona os juízes da Primeira Instância, do primeiro grau, nesse ponto esses que eram aliados do CNJ podem se voltar contra o CNJ, hipoteticamente?

Oscar Argollo - Não, não creio que seja isso. A primeira parte da sua colocação é óbvia. Pressão existe direto. A ideia de metas surgiu conosco, lá, inclusive de Alexandre de Moraes. Embrionariamente surgiu nos fundadores, no primeiro mandato. Depois isso foi se desenvolvendo, com a criação desses programas de meta. O que é isso? Estatística.

Tânia Rangel - Mas a estatística teve um...

Oscar Argollo - Mas para que sentido? Aqui faço uma colocação em que você vai ver minha opinião sobre a questão da estatística. A má aplicação da estatística. Já ouviram falar da famosa PEC¹⁹ do [Antonio Cezar] Peluso, que implica na redução recursal, ou melhor, em acabar com os recursos. No Instituto dos Advogados tive a oportunidade de me manifestar, em conjunto com mais

¹⁸ Conselho Nacional de Justiça.

¹⁹ Proposta de Emenda à Constituição.

dois colegas, o professor Ribas e o dr. Castelar. Fomos nós três que elaboramos um parecer contra a PEC do Peluso. Na minha parte, aproveitando o meu conhecimento das coisas do CNJ, tive a oportunidade de inserir neste texto dados das pesquisas que o CNJ faz. E muito se ouve aqui de uma tal taxa de recorribilidade. Para mim nada é a mesma coisa. E a taxa de reforma dos recursos. Você ouve falar? É, não ouve falar. Mas está lá, coloquei no meu parecer utilizando, salvo erro meu, não sei se foi 2009 ou 2010 do Justiça em Números. Veja o que está lá naquela pesquisa. O Tribunal Estadual de São Paulo não apresentou dados, possivelmente o maior tribunal do país, numericamente.

Tânia Rangel - No último Justiça em Números, o número de São Paulo é mais que o dobro daquele do segundo tribunal do país.

Oscar Argollo - Para você ver, não é? Só desembargadores eram, não sei se aumentou, eram 360. Então vamos lá. Não apresentou números. Os tribunais estaduais alguns apresentaram, acho que o Paraná também teve algum problema, apresentou. Justiça Federal, zero. [batida de dedos na mesa] A Justiça do Trabalho, salvo erro meu, acho que foram todos os tribunais. Há Tribunal Regional do Trabalho neste país em que a taxa de reforma no tribunal ultrapassa 50%. Você quer acabar com os recursos? [batida sobre a mesa] [silêncio] Não pode acabar com os recursos. Isso é uma questão muito delicada, essas coisas não se fazem assim, porque você vai acabar prejudicando o cidadão. A meu juízo, o recurso mais justo que está no Código de Processo Civil são os embargos infringentes, que sofreram uma modificação alguns anos atrás. Querem acabar com ele, nesses novos projetos. Sabe por quê? Porque o percentual beira a casa de 1% desses recursos. Então não se faz justiça por 1%. [batida de dedos na mesa] Fica a injustiça. Esse é o pensamento correto? Esse é o pensamento de acabarem os recursos? Então quer usar a estatística, mas usa a estatística não para dizer o que quer dizer, para verificar a realidade do quadro do Judiciário brasileiro. Então já lhe mostrei que essa é uma situação muito delicada, querer acabar com os recursos, porque a estatística está mostrando que não pode acabar, não. Você vai cometer injustiça. Quantas questões nós já vimos chegar ao Supremo Tribunal Federal e o Supremo Tribunal Federal dizer “não”? É igual à Lei da Ficha Limpa, que é uma excrecência jurídica. Sustentei contra no Instituto dos Advogados e mantenho minha opinião. Quebra um princípio, um direito fundamental: a presunção de inocência. Tenho essa convicção e ninguém vai retirar essa convicção. Não posso admitir que alguém seja chamado de culpado sem haver o trânsito em julgado numa decisão judicial, não posso admitir. Eu não aprendi assim. Se as escolas estão ensinando diferente, ótimo. Daí para frente é uma outra conversa. Eu vou ser velho, conservador, não vou mudar a minha opinião. Ouvi as manifestações do

Supremo, ouvi o julgamento, ouvi coisas que não aprendi. Ouvi coisas das quais dei aula de Introdução dizendo que era assim, e ouvi coisas que é assado. Sim, houve uma modificação no pensamento, não é. Tem a questão da judicialização na política no Brasil, também. Se o falecido Leonel de Moura [Brizola] estivesse vivo ele ia dizer que era judicialização morena, porque aqui tem sempre uma coisa mais brejeira no Brasil, um pouco diferente daquilo que você vê nos outros lugares.

Christiane Jalles - Aproveitando que o senhor falou do Supremo, em outro sentido, qual era a relação do CNJ com o Supremo? Vocês estavam dentro do Supremo. Como era essa relação, a relação com os servidores?

Oscar Argollo - Não, isso... Isso sem nenhum problema, eu também nunca tive nenhum problema. Se você sair comigo aqui e entrar no prédio da Ordem²⁰, você vai ver a alegria que é minha e dos funcionários. E lá também. Até tinha uma mocinha, uma ascensorista que era da cidade de Poá, eu sempre brincava com ela. Nunca tive nenhum problema com nenhum funcionário. Não tenho essa diferença, essa distinção. Trabalho é hora de trabalho e depois, quando não se está trabalhando, sou extremamente liberal.

Christiane Jalles - E com os ministros?

Oscar Argollo - Já lhe disse! Eu, pessoalmente, nunca tive nenhum constrangimento.

Christiane Jalles - E a instituição CNJ, nessa primeira gestão?

Oscar Argollo - Não. O que havia, a meu juízo também, era uma grande desconfiança do que o CNJ ia fazer. Porque olha só: você é dona do poder, total. Venho aqui, racho você no meio, você fica só com a metade do poder, a outra metade entrego para um outro camarada. No frigar dos ovos, foi isso que aconteceu! A administração do Poder Judiciário saiu da mão do Supremo! Passou para o CNJ.

Tânia Rangel - Mas o Supremo, antes do CNJ, exercia alguma forma administrativa sobre, por exemplo, os Tribunais de Justiça?

²⁰ Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Oscar Argollo - É, esse é o grande problema. Em tese deveria exercer, mas vamos combinar: não há condições físicas de fazer. Olha o volume das coisas, olha como o Supremo ficou. Tem ministro que tem carga de dez mil processos, gente! Então tinha sessões administrativas e tudo, mas o problema judicial está muito mais na frente da função dele, que é a função administrativa. O CNJ foi um bem, um bem para o poder, até para você organizar o poder. Esse é o sentido da coisa. Agora, acho que havia um certo ciúme de alguns. Me lembro na formulação do regimento. Se vocês verificarem, a figura do vice-presidente do Conselho foi uma emenda constitucional, porque quando o Conselho foi criado não havia a figura do vice-presidente. Então na hora de fazer o regimento, como é que vai ser se o ministro Jobim tiver que viajar, se ele não estiver aqui? Como é que vai ser isso? Tem que ter o vice-presidente. Então ficamos elucubrando como é que organizaríamos isso no regimento. E então cheguei e disse assim: “Olha, vamos fazer como eleição antiga da Ordem: o Conselho reunido elege um vice-presidente.” Nossa, teve gente me ligando, viu! “Mas como?! Isso é teratológico, não está na Constituição!...” Sim, não está na Constituição. Mas se o presidente não estiver lá, como é que vai ficar? Fica acéfalo? Eu ainda fazia piada: “Não, não se preocupe que vou me candidatar”. Aí a turma ficava mais fula da vida, não é? Mas enfim.

Christiane Jalles - No final ficou decidido? Ausente o presidente...?

Oscar Argollo - Ele escolhia um. Invariavelmente escolhia o ministro do STJ²¹, o ministro [Antônio de] Pádua [Ribeiro]. E quando o Pádua não estava era o ministro do TST²², o Vantuil [Abdalla].

Christiane Jalles - Essa proposta de que...

Oscar Argollo - Não vou continuar a contar a história, mas era muito engraçada. Se um...

Christiane Jalles - Essa proposta de o presidente escolher o seu substituto em caso de ausência foi uma proposta encabeçada pelo ministro [Nelson] Jobim? Quem levou essa ideia, o senhor lembra?

²¹ Superior Tribunal de Justiça.

²² Tribunal Superior do Trabalho.

Oscar Argollo - Confesso, não me recordo, mas foi ali no contexto. Porque a gente se apercebeu de que criar uma ideia aqui, outra ideia ali, aquilo ia gerar conflito, ia ferir suscetibilidades, as vaidades, não é. Esses seres são muito vaidosos, e isso era nítido.

Tânia Rangel - Como era essa relação, por exemplo, dentro do Conselho, entre os conselheiros, os conselheiros que eram representantes da magistratura da Primeira Instância e os ministros ou desembargadores do seu próprio poder? Existia alguma forma de os ministros ou os desembargadores liderarem os votos dos de Primeira Instância? Ou não?

Oscar Argollo - Não. Não.

Tânia Rangel - Porque na magistratura estadual é difícil, pois estão em estados diferentes, mas na Federal ou na do Trabalho, talvez...

Oscar Argollo - Deixa... Deixa eu lhe dizer o que aconteceu. No começo todo mundo foi se conhecendo, cada um olhando para o outro, vendo qual é o comportamento de cada um. Mas já no segundo mês estava todo mundo rindo. Almoçávamos juntos, os gelos foram sendo quebrados, então estava todo mundo no mesmo nível.

Christiane Jalles - Quantos dias o senhor trabalhava no CNJ?

Oscar Argollo - Eu? O dia inteiro, todos os dias. Todos os dias.

Christiane Jalles - O senhor ia para Brasília a semana inteira?

Oscar Argollo - Não, eu ia a semana, às vezes voltava na quinta-feira. Normalmente voltava na quinta-feira ou na sexta, mas não adiantava porque trazia processos, aquela vida desgraçada de advogado, de magistrado, você leva processo para casa. Então trabalhava no fim de semana.

Tânia Rangel - Todos os conselheiros ficavam em Brasília?

Oscar Argollo - Não. Lá em Brasília tinha o conselheiro Jair, que é desembargador federal, chegou a presidir até depois o Tribunal Federal, morava lá. Tinha um desembargador do Trabalho, tinha o

juiz do Trabalho que era gaúcho, mas resolveu ficar morando lá. Quem mais? Ah, e os ministros Pádua e Vantuil, STJ e TST.

Tânia Rangel - O Ministério Público... O Paulo Lôbo, o outro representante da Ordem?

Oscar Argollo - O Paulo Lobo era de Alagoas, voltava para casa. Do Ministério Público um era de Porto Alegre, a outra de Belo Horizonte, também voltavam para casa. A juíza federal era de Fortaleza.

Tânia Rangel - Voltar para casa significa que chegava segunda e ficava até quarta? Ou... ?

Oscar Argollo - Quinta, sexta, porque às vezes também se viajava, não é, fazíamos algumas missões. Fui para São Gabriel da Cachoeira, em Cabeça do Cachorro. Fui com o ministro [Paulo de Tarso] Vannuchi, que era o ministro dos Direitos Humanos, secretário-geral dos Direitos Humanos, uma Procuradora da República, o presidente da FUNAI²³, Márcio Meira, e um representante dos refugiados da Organização das Nações Unidas. Era uma situação muito pitoresca. A televisão já acontecia naquela área, lá na beira do Rio Negro. Para chegar de barco demorava 15 dias, de Manaus. Nós fomos num jatinho Challenger da FAB²⁴. De Brasília até lá, quatro horas de jatinho. De Manaus para lá de avião de carreira, que não é regular, diria irregular, [riso] acho que é uma vez de 15 em 15 dias, não sei direito. Eram duas horas e meia, por aí, muito longe. Você estava a uns 350 km da fronteira, tanto Venezuela como Colômbia. Estivemos inclusive num aquartelamento do Exército lá, que cuida da região fronteira, daquela Calha Norte. Este aquartelamento tem cerca de 1.500 homens e hoje é comandado por um general de divisão. E tivemos relatos de ingresso das FARC²⁵ lá com cocaína para trocar por gêneros, tivemos notícias de embates entre militares brasileiros e gente da FARC, que invadia.

Tânia Rangel - E como isso para no CNJ?

Oscar Argollo - Não chega... Não, vou lhe dizer qual a razão da ida. Fui estudar aquela região e fiquei surpreendidíssimo. Você tem uma região enorme, vasta, com floresta amazônica completa. Você tem quatro povos lá, quatro povos! Tem 153 ou 156 tribos. Aquele povo que você vê na rua,

²³ Fundação Nacional do Índio.

²⁴ Força Aérea Brasileira.

²⁵ Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

você acha que é caboclo, não. Não é caboclo, é índio, mesmo. E a natureza da ida, a razão é que houve uma queixa das índias, da mulher índia, na OEA²⁶, de que elas apanhavam. Então, como eu disse, a televisão chegava lá, a ideia da delegacia de mulheres fomentou na cabeça da índia. Porque também são coisas que tem que conhecer. Eu já conhecia um pouco disso também, viu? Já tinha andado pelo sul do Pará, garimpo, já vi algumas coisas pelo Brasil. Não fui à toa [riso] lá para o CNJ, não. Advocacia, o país, já rodei bastante. Então também tem que desmistificar um pouco essa ideia da figura do índio. Porque o índio não é muito de trabalho, ele gosta muito de beber e depois que bebe ele bate nas mulheres. É um negócio complicado, é cultural. E havia estupros, e tal. E reclamamos de que não tinha justiça, que não tinha nada. E realmente havia problemas e tive que fazer o relatório. O juiz que estava lá tinha retornado depois de um ano e meio de licença, tinha feito um transplante de fígado. Imagine um magistrado que sofreu um problema desses. Jogaram o camarada lá na Cabeça do Cachorro, lá em cima, longe. Você vê a distância que é. A Promotora de Justiça tinha dado a luz, portanto ficou nove ou dez meses fora da comarca. Delegado não havia. O delegado de polícia não havia, havia um inspetor que fazia as vezes, e me lembrei de Dias Gomes, porque chegou para a reunião com a boca assim [falando como bêbado], bêbado. Sim! [riso] Que situação. E as índias clamando por uma delegacia de mulheres porque os índios, ó. Tomavam as cachaças todas e depois batiam nas mulheres. Então nós tivemos que ir ver o que estava havendo. Ficamos sabendo exatamente quando chegamos e fomos identificar as coisas que aconteciam na região, como as coisas estavam fluindo. Um horror. Esse relatório apresentei ao Conselho, ele foi encaminhado ao Tribunal de Justiça do Amazonas para o presidente tomar providências, e também ao Ministério Público para tomar as providências, e também ao governador do Estado para tomar as providências. Nós encaminhamos o relatório dizendo o que estava acontecendo lá.

Tânia Rangel - Como era quando, por exemplo, o CNJ precisava, em algum processo, de alguma informação do Tribunal? Tinha que mandar...?

Oscar Argollo - Bom, vou lhe contar aqui também uma passagem anterior. No Conselho Federal da Ordem, o presidente [Rubens] Apprato [Machado] criou uma comissão, a famosa Comissão dos Precatórios, que é um grande problema que o país possui sem solução. O presidente do Supremo era o ministro Marco Aurélio [Mello]. E estive com o ministro Marco Aurélio umas duas vezes. Ele sabia o que acontecia. Ele não tinha informações. O ministro Jobim, que... As pessoas acham que ele tem um jeito estranho. Eu digo que não, é uma figura até doce. Ele é grande, só é tamanho, mas

²⁶ Organização dos Estados Americanos.

ele é um sujeito muito firme. Se ele lhe pedir algo, você tem que fazer, porque ele vai lhe cobrar. Muito bem. Presidente do Supremo, ele resolveu levantar essa situação. Pois ele tirou informações a fórceps. Ele tinha esses juízes auxiliares que contribuíram muito para a formação do Conselho, como dr. Elton, que hoje é desembargador aqui no Rio de Janeiro, porque mandava ofício para os tribunais: “Quero saber como está seu precatório, me manda esse e aquele dado tal.” O sujeito não mandava, não mandava para o Marco Aurélio. Você imagina! O presidente do Poder oficiando para o inferior hierarquicamente, funcionalmente falando: “Quero essas informações.” E o camarada [bate as mãos] nem aí. Com o Jobim era diferente. Ele pegava o telefone: “Doutor, estou mandando aí o dr. Elton, juiz auxiliar aqui da Presidência, ele vai trazer os dados que estão contidos no ofício. Muito obrigado, boa tarde, passar bem.” Acabou. Tirou a fórceps. Para construir um quadro que ele utilizou no trabalho, uma moça muito inteligente, muito preparada, originária do BNDES²⁷, chamada Solange [Paiva] Vieira, que chegou a ser presidente da ANAC²⁸, posteriormente. Uma moça inteligentíssima, um gênio, e ela articulou com ele toda aquela mecânica financeira e econômica do quadro geral dos precatórios no Brasil, que naquela época montava em 60 bilhões de reais sem estar na conta pública, isso é uma conta destacada. Nunca colocaram dentro das contas públicas, é uma conta separada. Então era uma coisa complicada, a articulação. O nosso trato com os tribunais, como lhe falei. Tive um primeiro processo e coincidentemente, coincidentemente, uma reclamação feita contra o juiz diretor de um fórum aqui na comarca de Juiz de Fora, no Rio de Janeiro. E foi uma reclamação feita pela Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro.

Tânia Rangel - É Juiz de Fora, Rio?

Oscar Argollo - Juiz de Fora, não, Nova Friburgo, perdão. Perdão, Nova Friburgo. Feita pela seccional do Rio de Janeiro, que havia reclamado na Corregedoria e a Corregedoria arquivou. *Tout court*, seco. E ele, conhecendo a nova modalidade, utilizando a Constituição, o Conselho da Ordem mandou para o Conselho Nacional de Justiça e tocou a mim. Era o juiz com uma norma que ele criou no fórum, e neste foro havia uma agência bancária, e proibiu que os advogados [riso] usassem a agência bancária. Só os magistrados e procuradores. Bonito isso, não é? Esse, na verdade, foi o primeiro processo que peguei já para o trabalho geral, o primeiro mesmo foi aquela questão do voto aberto e fundamentado na escolha de promoção dos magistrados. Esse daí foi muito engraçado. Quando li aquilo, disse: “Cara, não é possível, isso. Como é que...? Esse cidadão não tem sensibilidade. Como é que um juiz me baixa um ato desse, proibindo os advogados de usarem a

²⁷ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

²⁸ Agência Nacional de Aviação Civil.

agencia bancária e só permitindo o uso dos magistrados e procuradores? Que absurdo, isso!” O Flávio Dino [de Castro e Costa], secretário geral, ria do meu lado. Dizia: “Realmente, o sujeito não tem sensibilidade nenhuma.” Eu disse: “Flávio Dino, não vou notificá-lo, não. Espera aí, vamos ver se ele tem fax.” Tinha, e na mesma hora bati [batendo os dedos na mesa], pedindo informações a ele sobre o ato que ele havia baixado e mandamos por fax. Era de tarde, acho que ele estava lá na comarca, ele recebeu. Às dez e meia da manhã do outro dia estava chegando o fax dele, que já tinha revogado o ato. [risos] Mas o que se fazia era isso, você oficiava, oficiava.

Tânia Rangel - E houve algum tribunal que não respondeu ao seu ofício, alguma coisa assim?

Oscar Argollo - Já aconteceu. Talvez por algum infortúnio, alguma coisa, e eu reiterava.

Tânia Rangel - E eles respondiam?

Oscar Argollo - Mas nunca vi nenhum problema, não. Eu mesmo certa feita fui ao ministro Marco Aurélio. Era um problema ligado a um Tribunal Eleitoral, e fui a ele. Disse: “Ministro, é o seguinte. [batendo as mãos na mesa] Estou com esse abacaxi aqui e preciso dar conta, resolver, e quero oficializar V. Ex.^a Destaque um servidor para buscar esses dados para me mandar essas informações.” Como lhe disse, sempre tive uma relação muito cordial, sobretudo com o ministro Marco Aurélio. “Não, dr. Argollo. Sem problema nenhum, pode mandar. Não tem problema nenhum, a gente manda providenciar.” Ministro do Supremo e presidente, na ocasião, do Tribunal Superior Eleitoral. E com relação aos outros tribunais, se não mandava a gente reiterava, reiterava de uma forma, digamos, mais seca.

Tânia Rangel - Em relação, por exemplo, à votação da resolução proibindo o nepotismo. Como foi a articulação para se conseguir aprovar? Porque a gente sabe que isso é uma questão difícil, não é?

Oscar Argollo - Da mesma forma que as outras, da mesma forma. É uma questão de consciência. Está escrito na Constituição, como foi o voto aberto, como foi o subsídio, e o nepotismo também. Está escrito na Constituição, não pode. Não pode, não pode. Foi um corre-corre. Tivemos muitos processos, com inúmeras indagações. E me lembro que o último processo que nós julgamos, o último processo que nós julgamos [batendo os dedos sobre a mesa], demonstrou o caráter e a figura de Alexandre de Moraes. Este processo ele tinha pedido vistas, eu tinha sido o relator. E no julgamento ele votou contra o meu voto, desfez o meu voto e ficou prevalecendo o voto dele. E no

último dia, na sessão, a parte interessada fez um embargo, no último dia da sessão ele voltou, e foi o último processo que nós negamos. Ele voltou com esse embargo e disse: “Não, o dr. Argollo tinha razão, eu é que me equivoquei.” E era uma questão dessas, sobre nepotismo. Que não havia, no caso, que não havia. Mas estava cheio, viu? Estava lotado!

Tânia Rangel - Imagino. Depois dessa votação do nepotismo houve algum aumento, ou não, na questão da legitimidade do Conselho junto à opinião pública? O senhor acha que a marca foi esse processo ou foi algum outro?

Oscar Argollo - Acho que foi a questão do subsídio.

Tânia Rangel - Do subsídio?

Oscar Argollo - Ah, foi. Você me ama de paixão. Se eu mexer no seu bolso, você passa a me odiar. Se eu pegar a sua irmã e colocar ela aqui do lado, você não vai gostar, não sei o quê. Mas se eu mexer no seu bolso [riso], você não vai gostar. E o povo adorou! Porque havia situações esdrúxulas, realmente. Tinha gente que ganhava uma fortuna. E sou adepto da frase... A frase é napoleônica. Não é pejorativa, não, é regime de Napoleão: “Todo homem tem o seu preço.” Não é? O juiz tem que ganhar bem? Tem que ganhar bem, muito bem. Ele é juiz. Vai ganhar dez merréis? Vai virar um... Você está criando um bicho, você está criando um corrupto, aquele bicho que o Jô Soares²⁹ dizia, um corrupto, você está criando é esse bicho. O juiz tem que ganhar bem. Como o juiz inglês, o juiz tem tudo, tem casa, tem tudo, maravilha. Por quê? Para ser isento. Não tem nenhum tipo de problema. Então um juiz tem que ganhar bem. Que sei, a gente sabe que ele tem família, e sei quanto é o custo. Eu sei. Minha filha estuda Direito na PUC³⁰, vi o tamanho da mensalidade esse mês. [batendo os dedos na mesa] Não é para qualquer um, não. Vocês são da Fundação Getulio Vargas, meu filho estudou lá. Vocês sabem também que a mensalidade... também não é fácil. Você, para dar educação para o filho, colocar numa boa escola, tem um custo. Afora o aumento do tomate. [risos]

Tânia Rangel - Não, está joia, é que estou satisfeita. Tem alguma outra coisa que o senhor queira falar?

²⁹ José Eugênio Soares.

³⁰ Pontifícia Universidade Católica.

Oscar Argollo - Estou às ordens.

Tânia Rangel - A última pergunta, então, para a gente finalizar. Com a saída do senhor do Conselho, o senhor continua acompanhando, até porque é advogado, o que o Conselho vem fazendo. Como que o senhor avalia o Conselho Nacional de Justiça, hoje? Quais as principais diferenças que o senhor analisa entre o CNJ de hoje e o que foi o CNJ na primeira gestão?

Oscar Argollo - Não vou dizer que nós combinamos. Não chegamos a combinar, mas conversamos. Se você reparar, nenhum conselheiro fundador está por aí se manifestando. Isso é um fato. Venho escrevendo um ou outro artigo, em função da minha atuação também no Instituto dos Advogados. Em algum parecer, me utilizei de conhecimento, de alguma informação, enfim. Mas como de resto, todos os demais conselheiros fundadores não têm o hábito de se manifestar, nós deixamos a coisa fluir. Mas acho que não fluiu como eu esperava. Eu gostaria que o Conselho estivesse mais candente, tivesse evoluído mais, mais para cima, *up*. Acho que ele deu uma abaixada.

Tânia Rangel - O senhor consegue ver isso no tempo? Ou não?

Oscar Argollo - É, já há algum tempo. Por quê? Porque acho que várias questões que precisam ser examinadas ficaram de lado, e se passou a querer resolver questões intestinas, *interna corpus*. Virou um repositório de queixumes de magistrados contra outros magistrados. Acho que aquela ideia de políticas para o Poder Judiciário, de modernidades, isso ficou esquecido. A última coisa que se fez aqui, nós conversamos, foram esses programas de meta. Para quê? Para reduzir numericamente o número de processos que tem o Judiciário. O Dia da Conciliação, fomos nós que criamos lá também, conselheira Germana, conselheiro Eduardo. Sobretudo o 8 de dezembro, é o Dia da Justiça. Faz-se um mutirão nacional, aquela coisa toda. E daí? Resolveu o problema? Não! Nós temos problemas de raiz, comportamentais de raiz, do povo.

Christiane Jalles - Por exemplo?

Oscar Argollo - Do povo brasileiro.

Christiane Jalles - Por exemplo?

Oscar Argollo - Não é exemplo, é o problema. É a raiz de todos os problemas: a educação. Nós temos um país mal-educado, infelizmente, com más formações do seu povo. Essa alegria do carnaval, esse despojamento, essa excentricidade, isso é muito bacana, é muito legal! O samba, a bossa-nova, o futebol, acho uma beleza isso, também. Gosto muito, sou brasileiro! Mas se você for buscar a raiz dos nossos problemas, todos, você vai encontrar o fundamento na educação. Por que nós temos serviços de péssima qualidade, de maneira geral? Temos. Por que os tribunais, os juizados especiais estão abarrotados de processos de consumo? Por quê? Lamento hoje profundamente um serviço exemplar que havia no país, que eram os Correios, hoje estou recebendo correspondências com atraso. Aquelas contas que a gente recebia estão chegando depois do vencimento. Acho que vocês também. Qual é o serviço que está funcionando bem, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro? O *savoir faire* do carioca está se perdendo com os últimos acontecimentos que essa cidade teve, essa coisa marginal que aconteceu, e essas ideias das UPPs³¹, para mim tudo paliativo. Foi uma das últimas entrevistas que dei no Conselho Nacional de Justiça, vários jornalistas estavam presentes. Talvez eles não tenham tido a coragem de colocar na imprensa, mas tive a coragem de dizer. Eles queriam saber sobre os benefícios que o Judiciário dá para os apenados, essas questões de redução de pena, e tudo mais. E eu disse, era um momento que o Rio de Janeiro ainda estava muito conturbado, eu disse: “Olha, não estou preocupado em prender bandido, não.” Já desarme a conversa deles. “Estou querendo é prender as criancinhas.” Dei uma de Pelé³². O Pelé, em [19]70, beijou a bola: “Vamos cuidar das criancinhas do Brasil”, não é isso? Eu dei uma de Pelé. Sem também querer me comparar, mas só nesse sentido. “Quero prender as criancinhas. 30 anos de prisão das criancinhas brasileiras!” [batendo a mão na mesa] “Dr. Argollo, o que é isso? [riso] O senhor explique!” “Quero prender as criancinhas brasileiras 30 anos na escola. Depois de 30 anos vamos sentar, vamos reunir, vamos começar a mudar verdadeiramente o Brasil. Se a gente não colocar o povo na escola, se nós não dermos educação a nosso povo, a coisa não vai funcionar direito.” Então nós temos problemas de formação, de formação geral. O carioca era simpático. Era alegre, sorridente. Hoje você entra numa loja para ser atendido, o sujeito te olha com ar *blasé*, te olha de cima embaixo. O sul, não é, o chamado sul maravilha, é diferente. Lá em Porto Alegre você fica até um pouco perturbado, incomodado: “Não, o que que o senhor quer ver? O senhor quer ver isso, quer ver aquilo e tal?” É uma outra formação, uma outra educação. O carioca era simpático, ele está deixando de ser. A gente é que quer que seja. Mas no andar na rua? O andar na rua, eu atravesso a Avenida Rio Branco, sei quantos esbarrões eu tomo. Dia de chuva pareço lutador de caratê, tenho que andar assim para me desviar dos guarda-chuvas. As pessoas não estão

³¹ Unidade de Polícia Pacificadora.

³² Edson Arantes do Nascimento.

respeitando ninguém. Isto está na mídia! Agora, há coisa de uma semana, não é? Há uma pressão sobre os motoristas de ônibus que atendem mal. Atendem mal! Não era assim. Onde está o problema? Na raiz, na educação, na formação dessas pessoas. Então acho que nós só vamos começar a melhorar o Brasil com educação. O CNJ, na hora que atentar para umas políticas de modernização e modificação do Poder Judiciário... A eletrônica e a estatística? Não é a solução dos nossos males, é a formação do pessoal que tem que trabalhar no Poder Judiciário. [batendo a mão na mesa]

Christiane Jalles - Estou satisfeita, muito obrigada.

Tânia Rangel - Muito obrigada.

Oscar Argollo - Eu enchi o saco, não?

Tânia Rangel - Imagina, o que é isso, foi ótimo.

Christiane Jalles - Não, foi ótimo. É que tenho um compromisso. [riso]

Oscar Argollo - Eles vão me odiar, mas não posso fazer nada.

Christiane Jalles - Não, não.

Tânia Rangel - Não, mas está ótimo. Mas acho que é isso mesmo, concordo com o senhor também que é questão de educação.